



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

PARTICIPANTES

Vozes masculinas não identificadas: M

Vozes femininas não identificadas: F

Presidente João

Marivanda, Ambrósio, Leila, Carlos, Orlando, Ana, Edna, Maria Elisabete, Marlene, Alzira, Antonio Amorim, João Júnior, Zuleide, Elisabete, Ana Boabaid, Rosenil, Benedito, Valdik, Edvande, Gisele, Marta, Neuso

TEMPO DE GRAVAÇÃO

tres horas, cincoquatro minutos e um8 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

(INÍCIO)

M: Primeiramente os nossos cumprimentos a todos e a todas, vamos dar abertura a mais essa reunião ordinária do mês de outubro e já passo imediatamente a palavra para o (Nil) para que faça a conferência e nós iniciamos os trabalhos.

Nil: Boa tarde a todos. Conferido o quórum de quatorze conselheiros presentes, são 14:30 e passando para o expediente relevante da secretaria executiva, primeiramente na reunião passada... pois não, conselheiro?

M: Expediente relevante.

Nil: Ok. (Orlando) também, (Conselheiro Carlos), (Conselheiro Orlando). Na reunião passada a gente fez a composição das comissões vacantes do conselho e em um das comissões, a (Comissão Externa de Contratualização) junto aos hospitais foi indicado o nome da (Conselheira Maria Elizabete Meurer), que ela é do segmento governo, e nós recebemos um memorando da área técnica dizendo que para essa comissão, segundo o capítulo dois, artigo terceiro, inciso quinto da instrução normativa conjunta (CEPAN), (CEFAS), (AGE) e (CES), número 0tres/dois0um0, tem que ser nomeado um representante do segmento usuário. Então a gente tem que passar para a pauta esse ponto e indicar para a (Comissão Externa de Contratualização)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

junto aos hospitais um representante do segmento usuário em substituição à conselheira do governo. Então já vou incluir aqui esse ponto de pauta. Também como expediente relevante foi deliberado nome do conselho estadual, o técnico da secretaria executiva e da ouvidoria para participar, nós estivemos presentes na terceira plenária de conselheiros da região centro oeste. Ocorreu nos dias vinte seis e vinte sete últimos agora de setembro e foram feitas algumas discussões onde estivemos presentes alguns conselheiros técnicos da ouvidoria e eu abro a palavra a alguém que queira se manifestar a respeito da participação do (Conselho Estadual de Saúde) nesta plenária. (Conselheira Marivanda)?

Marivanda: Boa tarde a todos. Representante (Conselho Regional de Medicina Veterinária), segmento trabalhador. Eu estive presente à plenária e tenho a falar aqui a esse plenário que foi decepcionante. Porque tivemos uma programação, nos foi passada uma programação e dentro dessa programação a primeira coisa que aconteceu foi ausência da presidente do (Conselho Nacional de Saúde) nas duas falas, no primeiro dia e no segundo dia. A primeira foi sobre fortalecimento do (SUS), que não tivemos fortalecimento, e a justificativa da presidente é que ela tinha que decidir questões sindicais, então fortalecimento do (SUS) daí vocês têm noção qual é o interesse. E no segundo dia sobre a resolução 453, que também não houve a discussão, aí já foi encaminhado para as propostas, propostas essas que fizemos de uma hora muito rápida, porque não teve o momento também de reunião e concentração das comissões estaduais, tivemos que fazer assim às pressas as propostas que serão encaminhadas para a plenária nacional, que vai ocorrer em três de outubro, se não me engano, desse ano. E a plenária estadual para o ano que vem ficou a cargo do estado de (Mato Grosso do Sul), vai ser em abril. Então assim, eu quero deixar aqui a indignação de ter participado de uma plenária a qual a expectativa de ouvir a fala da nossa representante dos usuários, que teve uma conquista nesse lugar, nesse assento não esteve presente para lutar em prol de questões sindicais. Eu quero deixar a nossa indignação aqui, o (Conselho de Medicina Veterinária), que fomos e ficamos indignados. Comida tinha bastante, era almoço, era (coffee break) [00:04:50], tinha tudo, fome 0 ninguém passou lá. Mas eu quero deixar minha indignação. E fiz uma moção de repúdio sobre isso com relação a essa falta de compromisso da programação e ausência da presidente. Fiz também uma moção de recomendação com relação às ouvidorias no estado e fiz três propostas bem rápidas a respeito do financiamento do (SUS). Eu acho que o (Mato Grosso) e todos nós estamos indignados frente a esse gasto público, porque não precisaríamos ficar gastando diária do estado para fazer isso. Foi realmente um gasto público.

Nil: Obrigado, conselheira. Também na oportunidade os coordenadores de plenária divulgaram uma agenda de mobilização para garantir o fortalecimento do controle social e mobilizar para a defesa do (SUS), que foi essa cópia que nós deixamos para cada um dos conselheiros onde lá no final da segunda página tem a agenda de mobilização do (Conselho Nacional de Saúde), onde eles sugerem que também o conselho estadual faça sua própria mobilização

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

tendo por base essa programação do (Conselho Nacional), deixam como sugestão. Aí tem a semana colocada na segunda página. Se o pleno quiser, eu posso ler para deixar registrado ou não tem necessidade? Sobre a agenda de mobilização.

M: Não, tem um cópia.

Nil: É, todo mundo recebeu, é essa daí.

F: Eu só queria fazer umas considerações que existem erros graves aqui inclusive de valores. Quando você fala tres9 milhões da renda bruta da união, não são tres8 milhões, são tres9 bilhões. Então tem muitas coisas equivocadas aqui nesse papel.

Nil: Ok. Era para fazer ausência de justificativa que foi solicitada, quando o conselheiro não podia vir à reunião, ele mandar formalizada a justificativa de ausência. Então cumprindo essa determinação do pleno, quem mandou justificativa de ausência foi a (Conselheira Tania Trevisan) e a (Conselheira Luciene dos Anjos), representante do (Cenper) [00:07:22] e a (Tania) representando o (Conselho Regional de Farmácia). O (Conselheiro Ambrósio) levantou a mão.

Ambrósio: Era só para comentar um pouco sobre a plenária, a qual a meu ver também foi um pouco decepcionante no quesito fortalecimento nas duas falas e nas falas a minha questão lá especificamente para com a mesa foi no quesito de que o foco de fala de lá, o pessoal que vomitava na garganta que participou da oitava conferência, que era isso e aquilo, mas a fala durante o período da vida dele, parece que ele virou gestor e faz uma fala equivocada a meu ver sobre o controle social. E naquele momento eu pedi para que essa situação fosse revista, e essa questão do fortalecimento não veio proposta para uma situação de fortalecimento do conselho, dos conselhos, do controle social propriamente dito. E se os conselhos, se as plenárias não acordarem para as ações do (SUS), nós vamos ter problemas futuros, porque cada vez mais gestão toma conta de situações que não são delas. E o conselho como órgão deliberativo está deixando a desejar, então tanto os conselhos como o conselho nacional. E a meu ver acho que a gente deveria discutir esses fatos juntamente com o (Conselho Nacional de Saúde) para que pudesse rever alguns equívocos que têm acontecido nas portarias no quesito deliberações.

Nil: Obrigado. Também ocorreu o (Terceiro Encontro Trimestral de Ouvidorias) neste mês de setembro, e sobre isso a técnica da ouvidoria (Leila Correa de Melo) vai expor rapidamente sobre o relatório deste encontro.

Leila: Boa tarde, senhor presidente, boa tarde, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, demais presentes. Bom, então no dia dois agora de setembro estivemos lá, eu, a (Sandra) e a (Ieda) participando desse terceiro encontro e a gente já vinha participando dos encontros anteriores desde quando começou. Na verdade é uma discussão ampla que o (DOGES), que é o (Departamento de Ouvidoria Geral do SUS), vem fazendo no sentido de criar a política nacional de ouvidorias. Então no segundo encontro que nós tivemos foram dadas algumas tarefinhas para as ouvidorias fazerem, um delas é a

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

questão do (Ouvidor SUS), que havia em todos os estados uma demanda sem resolutividade e o estado de (Mato Grosso) tinha uma demanda de 0,8% e essa demanda, agora tem uma técnica nossa, até porque nós estávamos sem acesso ao sistema, mas esse sistema retornou e então houve uma baixa nessa demanda, que eram 66 processos, a (Ieda) conseguiu dar uma baixa em quarenta e quatro processos mais ou menos. Os vários estados foram fazendo suas apresentações e a gente percebia que os assuntos eram a questão da descentralização das ouvidorias, implantação e implementação de ouvidorias, a questão da qualificação dos ouvidores, o (Ouvidor SUS) também e uma outra coisa que foi discutida foi a questão da minuta da (Corregedoria Geral da União), que está sendo um tema bastante polêmico, está sendo discutido lá, porque a (Corregedoria Geral da União) quer transformar as ouvidorias em controle interno, então está uma discussão bastante acalorada. Mas na maioria das falas dos ouvidores lá a gente percebeu um coisa, eles colocavam muito a questão da instabilidade, da insegurança do ouvidor no seu cargo, que eles colchoavam que à medida que entra um gestor, troca-se o ouvidor e no começo também quando a (Maia Moro), que é a coordenadora do (DOGES), ela abriu a solenidade, ela falou que havia no estado do (Mato Grosso) duas ouvidorias, só que nas apresentações, quando chegou o estado do (Mato Grosso) a ouvidoria setorial foi chamada para colocar e eu achei oportuno também pedir ao pleno lá que a gente tivesse oportunidade de se apresentar, até porque a gente vinha participando de todos e a gente tinha algo a contribuir também. Até coloquei a questão da democracia, porque falar, participar é um processo democrático e a gente queria que fosse exercitado esse processo lá. E aí então nós colocamos um pouco como anda o (Ouvidor SUS) nosso, o trabalho que ela vem desenvolvendo com o (Ouvidor SUS), colocamos como está o processo de implantação de ouvidorias também no estado e a questão da capacitação, colocamos algumas coisas, pontuamos algumas coisas. E, ao terminar, foi aberto um espaço para que as pessoas comesçassem a dar suas contribuições. Quando eu fui falar, eu falei da questão da democracia e me parece que afetou, não sei o que aconteceu, então houve uma certa reação da ouvidora e após as nossas apresentações, ela fez na sua fala um comentário de forma constrangedora, eu considerei bastante antiético também, porque ela falou sobre o mandato dos conselheiros e também da ouvidoria, deixando transparecer que é uma oligarquia. E depois eu já, rebatendo, mais uma vez eu pedi para falar e a colega também falou e até a colega sugeriu assim, já que está todo esse impasse em relação ao período de mandato do ouvidor, por que não se criam ouvidorias de conselho? Então eu coloquei para ela que o cargo de ouvidor é um cargo eleito, a (Edna) em todas as vezes que ela esteve, ela esteve concorrendo também com candidatos e o edital foi aberto para todas as pessoas, não é verdade? E falei também que nós encaminhamos a representatividade do conselheiro dentro do conselho é feita da seguinte forma, nós encaminhamos um ofício para a entidade desse conselheiro para que eles enviem para nós um conselheiro, elejam um conselheiro e mandem para nós. Então não é feita a coisa assim à revelia, então há todo um processo. Então foi mais ou menos isso daí, encaminhado o ofício e essa entidade então manda, eleger seu representante e nós não temos culpa se é (José), (Maria) ou (João),

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

eles escolhem e a gente então dá posse, o conselho dá posse a esse conselheiro. É mais ou menos isso que eu queria colocar.

M: Senhor presidente, poderia fazer um complemento na questão da ouvidoria, que é uma questão antiga em (Mato Grosso), inclusive (Mato Grosso) todo mundo sabe que é um estado de vanguarda em relação à ouvidoria, acho que tem que sentar essas duas ouvidorias, a gestão tem que ter uma visão em relação a esse fluxo da ouvidoria e sentar nossa ouvidoria com outra ouvidoria para unificar, eu acho que tem que unificar, por que o estado vai ficar com duas ouvidorias? Se o estado, se o controle social é deliberativo, propositivo, então não comporta, ficam dividindo sistema, dividindo (RH), dividindo recurso. Eu acho que tem que chegar a um denominador comum a questão da ouvidoria em (Mato Grosso). E acho que o (Brasil) tem que seguir o modelo de (Mato Grosso).

Presidente João: Conselheiros e conselheiras, boa tarde. O presidente do conselho teve que se retirar, a informação que recebemos que recebeu um comunicado do governador e pediu que ele fosse urgente para lá. Dentro do assunto relevante tem três inscrições feitas aqui, só informar para os conselheiros e conselheiras que dentro desse ponto de expediente relevante sempre fica a cargo da secretaria executiva dar os informes, e não para intervenção dos conselheiros. Mas já foram feitas as inscrições, nós vamos abrir para essas três inscrições e aí sim nós vamos entrar no nosso ponto de pauta para discussão. (Conselheiro Carlos Eilert).

Carlos: Presidente, então já que não pode, eu acho que é um objeto de discussão que era um ponto de pauta. Ponto de pauta. Ponto de pauta número um, a situação da (Conselheira Cleistiane), do (COSEMES), que ela está desde o dia um0/06 e não foi publicada na sequência, na representatividade deste conselho. Na sequência, a situação da (Doutora Flávia), que foi solicitado desde quatro e até hoje não foi publicada. Como ficou a situação da ex-conselheiro (Leila Boabaid), que foi para o município, faz parte da contratualização lá do município de acordo com o (Diário Oficial), isso é ponto de pauta, administrativo, eu esperava que o nosso presidente estivesse aqui até para poder explicar, mas como tem gente da administração, está aqui. Essa portaria foi publicada no dia treze de junho, ela pediu demissão da secretaria no dia dez de junho e ela fazia parte da assessoria do conselho até essa data, salvo melhor juízo. No dia treze foi colocado da seguinte forma, "resolve nomear o grupo técnico da (Secretaria Estadual de Saúde) para compor o complexo regulador e controle de avaliação da central de regulação urgência e emergência", nós vamos tratar do (SAMU), posso até perguntar lá na hora, "em cogestão". Aí diz assim, "(Leila Maria Boabaid Levi), servidora pública municipal para designar a função", eu até pensei que ela era funcionária do estado, "de apoio jurídico na contratualização". Então como está essa situação? Por que não foi publicada a demissão dela e foi publicada outra para o lado de lá? Para mim ela era funcionária do estado, agora está dizendo que é servidora pública municipal, está aqui. Esse é o (Diário Oficial) do dia vinte tres. Está recebendo quatorze,quinze? Não sei. A outra situação, então aí nós queremos saber. Esse é um ponto. E o segundo ponto, e aí é urgente a

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

situação, nós fizemos um pedido e vai para 60 dias, no dia treze de agosto, e não está sendo cumprido o artigo décimo da lei 12527, que diz que tem que haver uma resposta em dois0 dias com prazo de mais dez dias no seu parágrafo único de uma solicitação junto à administração. Isso foi feito à senhora (Rosane Souza Duarte), onde foram solicitados cinco itens. A (CES) já quitou todas as compras de medicamento relativas ao ano de 2012 com os fornecedores? Se não quitou, quais são as empresas que não receberam? Empenhou, liquidou, foi pago?

Presidente João: Conselheiro?

Carlos: Não, eu só estou terminando. Então quero um ponto de pauta para discutir todas essas situações administrativas que estão aqui, já que no expediente relevante não há discussão, eu gostaria de ter esse ponto de pauta dessas questões administrativas. E parabenizar a nossa (Superintendente Marlene), porque respondeu à solicitação da (Participa SUS). Eu acho que é assim que trabalha a administração.

Presidente João: Ok. (Conselheiro Orlando).

Orlando: (Conselheiro Orlando), (Sintep), segmento usuário. Bom dia a todas e a todos. Boa tarde, é verdade, estou meio fora de linha. Nós resolvemos um problema técnico com relação ao (RAG dois0umum) e eu estou colocando até como expediente relevante devido a correria nossa que foi nos últimos dias. Então foi resolvido o problema técnico. Então a (Comissão de Planejamento e Orçamento), na qual eu estou como relator, na hora que eu fui tentar resolver o (RAG), o relatório para a secretaria, eu verifiquei lá que solicita para que seja devolvido, para que a secretaria alimente as informações, lá solicita apreciação do pleno, entoa o pleno tem que aprovar através de resolução para que a gente possa devolver o (RAG) para a secretaria. Então na realidade aprovar resolução.

M: O (RAG) foi reprovado.

Orlando: Exatamente. Para ser devolvido, porque veja bem, as informações que ainda necessitam e que as secretarias precisam completar essas informações, eles solicitaram através do ofício para a comissão que devolvesse o relatório. Não teria problema nenhum de devolver o relatório, ela não implica em nada com relação ao que está lá no sistema, a questão é que solicita apreciação do pleno, ou seja, a comissão para devolver precisa da apreciação do pleno, entoa necessita de uma resolução. 2011, o (RAG) foi reprovado.

Presidente João: Então seria então pedido de inclusão de pauta em relação a essa questão. Próximo conselheiro quem é? (Conselheira Ana).

Ana: Eu gostaria de fazer um informe sobre um evento com vários parceiros, entre eles a (Secretaria Estadual de Saúde), (Municipal de Saúde de Cuiabá) e um grande parceiro que a gente tem aí, que é o (Ministério Público), que nós estamos realizando no dia tres0 e trinta e um deste mês o (Fórum de Redução de Maternidade Materno, infantil e Fetal) e as inscrições estão abertas no (site) da (CES). Nosso objetivo é implantar dezesseis comitês de mortalidade

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

materno infantil nas regionais do estado do (Mato Grosso) e fortalecer o nosso estadual, que está muito fragilizado. E gostaria também de falar que eu vou pedir uma inclusão de pauta que ontem no (Conselho Municipal de Saúde), infelizmente eu não estava em (Cuiabá) para assistir, foi apresentada a regulação estadual e essa regulação foi apresentada a questão do (SISREG), foram apresentados os valores e o problema que (Cuiabá) enfrenta, porque (Cuiabá) tinha um outro sistema que é pago e que foi retirado por terminar o contrato e isso está trazendo prejuízo para toda a população de (Mato Grosso) e eu gostaria, senhor presidente, de solicitar a inclusão, uma extraordinária para esse assunto, que é de extrema necessidade de urgência e emergência para o povo do (Mato Grosso), que é a questão de chamar o governo estadual e o municipal para nos apresentar regulação estadual, inclusive com todo o sistema, recurso, fluxo e o mais rápido possível, porque nossa população não está conseguindo ser regulada.

Presidente João: Ouvidora (Edna), por favor.

Edna: Boa tarde a todos e a todas. Eu também venho a afirmar essa situação que a (Conselheira Ana) coloca aí, a questão do (Sistema SARGSUS) que foi apagado, vamos dizer assim, não temos fila de espera, não temos regulação e essas demandas já estão chegando à ouvidoria com muita complicação e acho que tem que ser de urgência mesmo isso aí. Eu ia colocar isso, como a (Ana) já colocou, quero também falar que graças a Deus também essa ouvidoria não é tão ruim assim, porque no (Premio Cecilia Donangelo) a ouvidoria do estado de (Mato Grosso) foi premiada no terceiro lugar, nós vamos receber até um prêmio em dinheiro, se não me engano, seis mil reais. Então assim, experiência de ouvidoria como instrumento de participação, controle social e do instrumento gestão pública. E o município de (Brasnorte) também, a ouvidoria do conselho de saúde premiado no décimo terceiro lugar. Então informar isso também. Obrigada.

Presidente João: Parabéns. (Conselheira Maria Elisabete), por favor.

Maria Elisabete: Boa tarde a todos. Só para confirmar e afirmar este problema que nós estamos tendo com o (SISREG). Os pacientes hoje, nós não estamos tendo pacientes que estão sendo regulados lá para a radioterapia, eu não sei falar do resto do (Hospital do Câncer), não estamos tendo pacientes marcados, esse sistema só consegue resolver problemas ambulatoriais, não consegue marcar exames para os pacientes, não consegue marcar mais nada. O (SISREG) está para entrar no ar desde março, nós estamos em setembro e eu ouvi uma entrevista na televisão que talvez dezembro eles consigam resolver. São seis meses, daqui a pouco nasce essa criança. Provavelmente morre.

MARLENE: Boa tarde a todos. A (Secretaria de Estado de Saúde) recebeu um convite do (Tribunal de Contas) para apresentar o (PES) na qual a gente utilizou o instrumento, o (PDI) do (Tribunal de Contas) para elaborar esse (PES). O secretário tem ponderado que ele quer fazer essa apresentação que vai para aprovação aqui do conselho, ele queria fazer a apresentação para o conselho e deixar o conselho avaliando. Para o (Tribunal de Contas) é uma solenidade que eles fazem com todas as secretarias, a gente só leva para

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

apresentação, não tem aprovação, não tem nada. Então só para conhecimento, o secretário solicita, ele teve que sair, mas solicita a possibilidade ou qual a decisão da plenária se a gente encaminha o (PES) para a (Comissão de Planejamento) ou se essa plenária delibera aqui para uma reunião extraordinária para a gente apresentar o (PES) para vocês avaliarem. É bem extenso, são quase 250 (duzentos e cinquenta) páginas, aí não sei como seria, deixaria para a plenária decidir qual é a forma... qual é a data, (Ana), que o (Tribunal de Contas) solicitou, nos convidou? Dia vinte cinco agora de outubro vai ter essa solenidade para a gente apresentar como as outras secretarias, mas a gente queria apresentar primeiro para o conselho antes de apresentar pelo (Tribunal de Contas), tendo conhecimento que aqui aprova e lá é só para conhecimento.

M: Senhor presidente, só questão de esclarecimento, o último (PES) se encerrou em 2008?

MARLENE: doze

M: doze? Então esse aqui já está...

MARLENE: de doze a 2019

M: Então nós estamos um ano atrasados para apresentar?

MARLENE: A gente apresentaria, por mais que ele não estivesse formalizado, a gente já estava utilizando o direcionamento que está como dois0umdois, apesar que não tinha sido formalizado.

M: Só para colocar um alerta para os nossos conselheiros, que eu sei que você está até angustiado, colocar em alerta que nós estamos com um não de atraso com a apresentação de gestão para esse pleno que é deliberativo, gente. Olha como está sendo tratado o controle social. A execução está acontecendo, então está muito complicado. E só para encerrar, (João), eu queria colocar para não esquecer essa pauta da regulação inclusive porque este conselho tem por obrigação ajudar a resolver essa situação drástica da saúde pública de (Mato Grosso).

F: Ela ocupou a minha fala. O conselho delibera então para onde eu encaminho e quando encaminho.

Presidente João: No expediente relevante não há discussão, não tem colocações, vamos cumprir o regimento. Eu estou ficando chato mesmo, cada dia o cabelo vai ficando mais branco e chato.

M: Acho que o conselheiro tem razão.

M: Nesse caso eu nem vou pedir a fala.

M: Eu acho que nós podemos fazer depois uma reflexão se queremos utilizar o mecanismo de expediente para fazer informe, a gente poderia alternar a nossa pauta de informes, que a quarta pauta é a de informe, seria bom pensar de fazer essa pauta se tornar primeira, que aí a gente contemplaria todos os informes.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

F4: No nosso regimento interno ela é a primeira.

Presidente João: Então vamos iniciar, depois do assunto relevante, a gente colocar os informes e depois a pauta, pode ser? Que aí a gente contempla a todos com seus informes, pode ser assim? Infelizmente o regimento interno não permite. Mas não dá pra gente usar o assunto relevante para dar informes, porque o assunto relevante pelo regimento é da secretaria executiva.

F5: Só um questão de esclarecimento, presidente, foi feita a fala do nosso secretário executivo com relação às comissões e ficou de fazer uma análise dos membros dessa comissão, inclusive o senhor presidente está em várias comissões e passa do quantitativo que deveria ser e a gente precisa realinhar essas comissões, então ficou de trazer aqui para realinhamento, não é, (Nil)? Você ficou de trazer a questão aqui. Não foi feito, gente, ficou de trazer, porque tinha pessoas ausentes aqui e a gente não poderia retirar o nome da pessoa ela não estando presente, para ela até decidir em que lugar ela quer ficar. E ficou de realinhar e a gente gostaria que fosse revisto isso.

M: Questão de ordem, presidente, questão de ordem, conselheiro. Eu me abstive aqui das falas, porque de acordo com o (Conselheiro Carlinhos) e (Vossa Excelência) tinha colocado anteriormente que ia se respeitar o regimento. Eu gostaria que ele fosse respeitado, o senhor pode fazer cumprir essa situação e a gente ir para o 3.41?

Presidente João: Procede, eu quero fazer todo o esforço e empenho obviamente com a colaboração de todos pra gente cumprir o regimento interno. É essa a minha missão, às vezes a gente tem tido algumas dificuldades, mas vamos tentar fazer isso mesmo. Com relação ao que a (Conselheira Marivanda) falou, conselheira, se isso é fato, é uma coisa que vem acontecendo há muito tempo, eu não vou concordar, não vou permitir que eu esteja além do que é permitido o regimento interno. Até então eu achava que eu estava dentro do regimento interno. E se isso é fato, eu quero depois que a assessoria jurídica faça o levantamento, apresente para mim de acordo com o regimento interno, que eu, com toda tranquilidade, quero cumprir o que está no regimento interno. Não quero estar a mais do que determina o regimento interno.

F: Só para fazer esclarecimento, presidente, é que isso aí ficou pautado para que apresentasse aqui essas demandas, por isso que eu estou explicando, não é só referente à sua pessoa, eu estou falando de conselheiros que não estiveram presentes neste dia e que a gente respeitou a sua ausência e deixamos ao seu critério que fosse comunicado e escolhessem quais comissões o senhor gostaria de permanecer ou não.

Presidente João: Ok, conselheira, obrigado. Vamos entrar na nossa pauta, nós temos aqui algumas pautas que precisam ser incluídas, obviamente as pautas que precisam ser incluídas vão chegar... mas eu quero um posicionamento da assessoria jurídica se é correto ou não, se está de acordo ou não pra gente poder esclarecer aqui.

F: Mas o regimento diz... eu posso falar?

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Presidente João: Não, acho que não é pertinente. A demanda da conselheira precisa ter um esclarecimento jurídico e na próxima reunião a gente esclarece. Nós temos aqui as pautas para serem inclusas. Nós temos a primeira que já vem de uma demanda que é a indicação de um representante do segmento usuário para compor a (Comissão Externa de Contratualização). Segundo as pautas subsequentes, para inclusão de pauta, que aí a gente faz no bloco, esse ponto de pauta da indicação eu estou sugerindo que seja o primeiro ponto de pauta, que é fácil para a gente resolver. E na sequência nós temos o pedido de inclusão de pauta do tres.6, situação da publicação da (Conselheira Aparecida)...

Carlos: Presidente, de tudo que eu pedi como pauta, vamos colocar assim, questões administrativas da secretaria executiva. É que eu quero saber as respostas e aí a gente não precisa ficar fazendo leitura e o que tiver mais, coloca.

Presidente João: Ótimo. No 3.6, situação administrativa da secretaria executiva. O outro ponto de pauta é apreciação do pleno sobre a devolução do relatório do (RAG), que também eu acho que é tranquilo a gente fazer a inclusão de pauta, porque o conselho precisa se posicionar. O outro ponto é uma extraordinária sobre a apresentação do (PES).

F: Antes dessa eu fiz pedido.

Presidente João: Mas essa poderia entrar na pauta normal, ordinária, pode ser?

F: Não, não dá tempo.

Presidente João: Então nós podemos ter uma extraordinária com duas pautas, é possível? Não dá? Porque não é possível fazer duas extraordinárias dentro de um mês, não dá. Então nós precisamos definir aqui quem nós vamos chamar para esse mês e para a extraordinária.

F: Questão de ordem, a questão do (PES) já está um ano atrasada e isso aí não está dificultando, ou se está eu não sei, estou falando que está visível a gente que está ficando deficiente e até morrendo por questão de regulação, gente. Aí nós estamos falando de vidas, então acho que não tem como botar na balança o (PES Regulação) que está com problemas que o conselho já passou da hora de resolver.

Presidente João: Então eu vou fazer uma sugestão para que nós chamemos uma extraordinária para a cogestão de regulação e a sugestão de que o (PES), como é para apresentação, que faça para a (Comissão de Orçamento e Planejamento), por uma comissão ampliada.

M: Questão de ordem ou esclarecimento, senhor presidente, eu estou entrando agora...

Presidente João: Porque não é deliberativo, nós não vamos deliberar ainda.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

M: Não, mas tem que deliberar. Se o (Plano Estadual de Saúde) não foi aprovado no pleno, ele tem que vir (ad referendum) [00:39:01], porque ele já está sendo executado.

Presidente João: O (PES), segundo a gestão, não é para a deliberação, não é.

M: Mas ele tem que ser deliberado.

Presidente João: Será, conselheiro, ele será deliberado sim, terá deliberação. Então a sugestão da gestão é que só faça uma apresentação.

M: Só uma apresentação?

F: Questão de ordem, senhor presidente. Eu acho que esse conselho está equivocado quanto ao (PES), a mesma questão quando a (CIB) vem apresentar aqui. Nós temos que ver o que esse conselho tem que deliberar ou ficar como deliberado. O (PES) tem que ser deliberado.

Orlando: Esclarecimento, senhor presidente? Eu entendi que é uma apresentação que o (Tribunal de Contas) está propondo que é uma metodologia, não é uma deliberação, é uma metodologia, então não é deliberação, não é para aprovação.

M: (Orlando), não é nada disso, é que a lei 141 de dois0umum exige que os estados e municípios aprovem o novo (PES), que é através de diretrizes, são trze diretrizes, é isso que o (Tribunal) também está cobrando a nós, que é para apresentar para eles. É uma reformulação da lei 141, pode pegar lá que vai ver.

Orlando: Mas não é isso que eles estão solicitando aqui.

Presidente João: Eu vou passar para a conselheira de gestão para poder explicar melhor.

Marlene: Boa tarde novamente. (Marlene), secretária adjunta. Em nenhum momento a gente está querendo desrespeitar esse colegiado, o que a gente está propondo é fazer apresentação para o conselho e o conselho estudar o (PES), se necessitar de esclarecimento da gestão, a gente volta para uma reunião seja no pleno, seja extraordinária ou na comissão para esclarecer para o conselho aprovar. Mas nós queríamos pelo menos só apresentar para o conselho antes de apresentar para o (Tribunal), mas para o (Tribunal) não vai aprovar, fazer nada, só nós vamos apresentar, porque nós utilizamos a metodologia, o instrumento do (Tribunal de Contas), que é o (PDI). Mas este colegiado tem que aprovar o (PES) com esse instrumento e essa metodologia do (Tribunal de Contas), só que o (Tribunal de Contas) disse que no dia vinte cinco nós vamos trazer todas as secretarias para nos apresentarem. E antes de apresentar lá, até para não ferir o conselho, nós queríamos pelo menos apresentar, não significa que está aprovado. Para nós, poderíamos nem solicitar neste momento apresentação para o conselho e apresentar direto para o (Tribunal de Contas).

Alzira: Questão de ordem, senhor presidente. Essa questão do (PES) já foi aborda em reuniões passadas, que foi uma abordagem feita por mim diante de

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

inúmeros problemas que tínhamos tendo em função de não conhecermos as diretrizes desse (Plano Estadual de Saúde). E a resposta foi que estava sendo elaborado dentro dessa metodologia. Então eu entendo o que a superintendente está falando, que ela está atendendo a uma solicitação que saiu daqui. Mas acredito que não há necessidade de uma apresentação neste momento, porque se mandar pra gente via e-mail todo esse material, porque todo mundo vai ter tempo, e aí a gente já conhece para depois discutirmos, acho que ganharíamos tempo, seria mais viável. Essa é a minha proposta.

Presidente João: Ok, conselheira. Boa proposta da (Conselheira Alzira). Podemos afirmar isso? Conselheiros e conselheiras, que seja encaminhado para os conselheiros e conselheiras, a gestão fará apresentação normal no (Tribunal) e aí posteriormente vem para debate e discussão, pode ser? E aí ficaria para nós convocarmos uma extraordinária para esse mês ainda para discutir a cogestão entre regulação municipal e estadual. Qual é a data que nós podemos afirmar? Qual é a data da extraordinária, por favor?

F: Pela ordem, eu pediria que essa reunião fosse na próxima semana. Eu vou estar ausente de (Cuiabá) e eu gostaria muito de estar presente e eu sei que eu posso contribuir. Dia 8 eu já estou em (Cuiabá), dia 9 já pode começar.

Presidente João: Pode ser dia 9? Eu vou até aproveitar o informe, dia 9 eu vou fazer uma cirurgia, ficarei quinze dias.

F: Questão de ordem, presidente, todo mundo aqui tem suplente. Todos os conselheiros têm suplentes.

Presidente João: Não é essa a discussão, conselheira, nós sabemos disso. Aproveitou a oportunidade só para dar um informe. Pode ser dia 9? Tem uma proposta do dia nove e tem uma proposta do dia dezesseis. Dia nove? duas propostas, em regime de votação. Quem concorda com o dia 9 de outubro, por favor, se manifeste. nove. Quem concorda com o dia dezesseis, por favor, se manifeste, para discutir a regulação entre município e estadual. Em regime de votação, quem concorda com o dia dezesseis?

M: Senhor presidente, questão de ordem.

Presidente João: Em regime de votação, não tem questão de ordem. Quem concorda com o dia um6? Abstenções? Então aprovado dia nove a extraordinária para discutir cogestão entre regulação municipal e estadual.

F: Questão de informe, dia nove temos aniversário aqui no pleno.

Presidente João: Conselheiros e conselheiras que concordam com as inclusões de pauta, por favor, permaneçam como estão. Quem não concorda, se manifeste. um contrário. Abstenções? Aprovadas as inclusões de pauta. 3.1, apresentação, discussão e deliberação sobre a situação do (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), (SAMU). Quem ficou para fazer apresentação?

F: Senhor presidente, não vai fazer comentários sobre essa resolução (ad referendum) [00:47:12] que está aqui? Não, porque eu discordo desse (ad referendum) [00:quatrosete:umcinco] do jeito que está aqui, porque nós...

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Presidente João: Conselheira, está em pauta, por favor... antes de entrar nessa pauta eu esqueci de uma pauta que é a indicação de um representante do segmento usuário para compor a (Comissão Externa e Contratualização). Segmento usuário, quem se candidata a fazer parte dessa (Comissão Externa de Contratualização dos Hospitais)? Quem se candidata do segmento usuário? (Ambrósio). Quem mais? Tem mais alguém? (Benedito) suplente? Ele é segmento?

M: Trabalhador.

Presidente João: Não, é segmento usuário.

F: Questão de ordem, presidente. Qual é a pauta que nós estamos discutindo agora?

Presidente João: Eu me equivoquei...

F: Você se equivoquei, então, por favor, nós estamos na pauta.

Presidente João: Conselheira, eu acabei de falar que a pauta é indicação de um representante segmento usuário para fazer parte da (Comissão de Contratualização). Segmento do usuário, tem mais alguém além do (Conselheiro Ambrósio)? Em regime de votação, quem concorda com a indicação do (Conselheiro Ambrósio) fazer parte da (Comissão de Contratualização), por favor, se manifeste. Quem não concorda, se manifeste. Abstenção? Abstenção, conselheira, ok. Aprovado o nome do (Conselheiro Ambrósio) para fazer parte. Próximo ponto de pauta, agora sim apresentação, discussão e deliberação sobre a situação do (Serviço de Atendimento Móvel), (SAMU). Quem vai fazer a apresentação? Não tem apresentação? SE não tem apresentação, eu vou colocar em discussão. Então em regime de discussão sobre a situação do (SAMU) do estado do (Mato Grosso). (Conselheira Marivanda), depois vai fazer inscrição.

Marivanda: Primeiramente, eu gostaria de interpelar a este conselho qual foi a pessoa indicada para falar sobre (SAMU), foi gestão, foi controle social, foi quem? Aqui não esclarece quem é a pessoa responsável. Quem colocou a pauta, gente, pelo amor de Deus?

Antônio Amorim: Questão de ordem, senhor presidente. (Antônio Amorim), representante do (UFMUIT).

Presidente João: Conselheiro, só terminar a intervenção da conselheira, ela fez um pedido de esclarecimento.

Marivalda: Porque assim, coloca uma questão de pauta e não vem apresentação. Quem ficou responsável para fazer isso?

Presidente João: Será feito esclarecimento. Questão de ordem, (Conselheiro Antônio).

Antônio Amorim: (Antônio Amorim), representante do (UFMUIT). Senhor presidente, essa pauta já está nas nossas reuniões há muito tempo. Nós sabemos que o (SAMU) trocou a sua gestão. (Doutor Adaúde), que era quem representava a saúde, saiu. Hoje nós temos outras pessoas que estão no

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

cargo e não foram nem apresentadas. Então a questão do governo que ao saber dessa pauta, que a gente coloca muitas coisas na pauta e não chegam à discussão, então a secretaria nossa, ao botar hoje uma pauta como essa, deveria obrigatoriamente ter sabido quem vai estar aqui representando o governo para responder isso. Se foi convidado, que diga o ofício e para quem foi direcionado para que fique registrado.

Presidente João: Para esclarecimento da (Conselheira Marivanda), essa pauta vinha sendo adiada, adiada...

Marivanda: Eu estou pedindo só uma informação, porque eu não quero perder meu direito de falar ainda, eu só queria um esclarecimento inicial para saber quem solicitou.

Marlene: Posso esclarecer então?

Presidente João: Esclarecimento para a conselheira, por favor.

Marlene: Assim como a conselheira já disse que o diretor pediu a exoneração, nós passamos alguns dias sem um diretor no (SAMU), hoje a gente já tem um novo diretor, como a pauta é dirigida à (CAB), é dirigida para a direção fazer uma apresentação. O nosso diretor está aqui, o (SAMU) já tem um novo diretor, ele vai se apresentar, e no dia que ele entrou na secretaria a primeira coisa que eu me dirigi a ele e disse, "tem uma reunião de conselho semana que vem", que foi semana que vem que ele foi nomeado. Ele, "não, as coisas não são assim". Eu falei, "não, você tem uma reunião de conselho"... segunda-feira, aliás, segunda-feira. Falei, "você vai lá pelo menos para dizer que você está chegando, que você está se inteirando do que é (SAMU), de como está o (SAMU), mas você vai lá para fazer todo esse esclarecimento". Ele disse, "(Marlene), eu prefiro não fazer uma apresentação, que eu estou tomando pé da situação, dessa transição para fazer essa apresentação", mas ele tem todos os dados, porque ele já fazia parte. Então é ele o diretor, que eu posso até passar a palavra agora para ele fazer toda a apresentação de quem ele é, como ele é, quantos anos você tem, se você é solteiro.

Presidente João: Corta essa parte da ata. Claro, ele não vai dar toda resposta do pedido da conselheira, mas a informação que tem, o ofício realmente foi encaminhado para a gestão no pedido de urgência, está aqui o pedido de urgência para que viesse fazer essa apresentação e aí eu passar para o diretor para que faça uma apresentação na realidade pessoal e já assumir um compromisso perante o conselho para aprofundar o debate sobre essa situação do (SAMU) se isso o pleno entender.

João Júnior: Boa tarde, conselheiros, boa tarde, presidente. Meu nome é (João Tatsuro Katsuyama Júnior), eu sou médico formado pela (Universidade Federal de Mato Grosso) em dois006, tenho sete anos de formado, tenho residência médica no (Hospital Universitário Júlio Miller) em ginecologia e obstetrícia, tenho vários cursos de urgência e emergência e trabalho no (SAMU) desde a fundação do (SAMU) quando desvinculou do bombeiro, desde a fundação do (SAMU) em dois00sete. Como é sabido, a gente estava há quase 90 dias sem direção e foi nos proposto de forma técnica para que a gente assumisse a

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

diretoria mediante todos os problemas que todo mundo conhece, os problemas de viatura e tudo mais. A gente assumiu com um projeto de tentar fazer de uma forma diferente, de uma forma eficaz para que volte a ser o (SAMU) a princesa dos olhos do estado do (Mato Grosso). A gente que trabalha com urgência e emergência sabe a importância fundamental que tem esse serviço, de realmente salvar vidas. Então estamos aí, infelizmente a gente não teve uma equipe de transição, a gente está, como se diz de forma leiga, trocando o pneu com o carro andando, e estamos tentando coisas prioridade menos um, a minha nomeação saiu na sexta-feira, então estamos com esse diagnóstico, nós temos algumas metas de mudar a sede administrativa, tem a perspectiva de umcinco dias a gente conseguir mudar para a sede administrativa, central de regulação, normatizar essas 9 ambulâncias que chegaram novas do (Ministério da Saúde), expandir os cinco% do estado do (Mato Grosso) e pode ter certeza que no momento oportuno nós vamos dar esse diagnóstico, o (SAMU), se você ligar um9dois agora, ele vai estar funcionando, nós temos tres ambulâncias avançadas, entenda ambulância avançada como médico, enfermeiro e condutores socorristas, e as ambulâncias básicas com enfermeiro, condutor e um técnico de enfermagem, que o serviço graças a Deus, presidente, não parou mediante todos esses transtornos que nós passamos, o serviço não parou e não vai parar. Então a gente vai estar aqui, trabalhando duro, pesado para que a gente possa fazer uma gestão de aprofundamento e expansão, até porque ano que vem nós temos (Copa do Mundo), então fazendo um acompanhamento junto com a (SECO) pra gente poder fazer um serviço de padrão (Fifa).

Presidente João: Ok, obrigado, (Diretor João). Vamos abrir para as perguntas, para os questionamentos. Claro que já esclareceu que pode aprofundar depois o debate nas próximas pautas.

M: Tem uma sugestão aqui de até inserir para a próxima pauta.

Presidente João: Vamos ouvir o que os conselheiros precisam falar, porque isso pode até acrescentar, agregar mais para a gente até aprofundar isso.

Zuleide: Zuleide, (Cisma). Eu acompanhando enquanto conselheira, sindicato, o (SAMU). Já tivemos reuniões (in loco) [00:cinco:0tres], tivemos inclusive quando todo o (SAMU) entraria em greve, inclusive seguindo todo o fluxo legal, era uma sexta-feira, (Doutor João), na terça entraria em greve o (SAMU). Nós pedimos uma pauta com o gestor, o secretário e subimos inclusive parte do (SAMU), a equipe toda, nós entramos e os que não couberam na sala ficaram do lado de fora, inclusive com toda a imprensa e nós levamos todo aquele (check list) [00:57:39] item por item de todas as dificuldades, de todos os problemas existentes no (SAMU) e fomos item por item discutindo com o gestor, todos os problemas. E no final da reunião, que começamos 6 e meia da tarde, terminou um0 e quinze mais ou menos da noite e todos esses itens, depois no final até nós fizemos ali o (check list) [00:58:16] com o secretário para ver tudo que nós tínhamos discutido, se ele afirmava, tivesse esse compromisso de governo, inclusive tinha também um representante do governo lá, de fazer. E ele se comprometeu em providenciar todas aquelas questões

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

que a gente discutiu, como eu falei, eu estou fazendo um resumo aqui, foi das 6 às um0 e pouco da noite, e aí em reunião com toda a equipe ali do (SAMU) foi decidido não entrar em greve dando essa questão de confiança. E nós pedimos no conselho que fosse incluído como pauta esse assunto do (SAMU). E é muito importante que realmente seja apresentado pela gestão como estão todos esses encaminhamentos, porque foi feito compromisso com os assessores do gabinete, o secretário adjunto também de sentar com uma comissão que foi também tirada ali, eu tenho tudo por escrito também, para a partir do outro dia, lembro que era uma segunda-feira, estariam reunidos ali no gabinete já dando todo esse encaminhamento, que nós gostaríamos de saber, todo o conselho, que fosse apresentado aqui para nós como está enquanto gestão esse encaminhamento que evitou que houvesse a greve na próxima terça-feira no caso. Então eu também sou favorável que a gente passe, depois da fala dos conselheiros, garantir toda essa apresentação de como está hoje o (SAMU), porque nós sabemos que tem muita coisa, não é, (Doutor João), para ser resolvida?

João Júnior: Tem, tem muita coisa para trabalhar.

Presidente João: (Conselheira Elisabete).

Elisabete: (Elisabete), (Federação das Santas Casas). Eu ia fazer exatamente essa colocação, como nós vamos discutir e deliberar se nós não temos o menor conhecimento de como as coisas estão hoje? Outra coisa, o colega falou que em uma próxima eventualidade ele colocaria. Eu acho que não, eu acho que isso tem que ser definido para a próxima reunião, porque os pacientes estão por aí abandonados. Eu tive uma experiência extremamente desagradável, um motoqueiro bateu no meu carro, eu chamei o (SAMU) e lá perguntaram para ele, "o senhor é vítima? O senhor está passando bem? Então eu não preciso ir aí". Eu tinha carro, resolvi o problema. E quem não tem? Isso aconteceu comigo. Então eu acho que não dá tempo, já que você trabalhava lá, você tem noção de como estava, do que precisa, quais são as suas propostas. A minha proposta é que isso seja apresentado a nós na próxima reunião.

Presidente João: Ok, conselheira. (Conselheira Marivanda).

Marivanda: (Conselheira Marivanda), representando o (CRMV), segmento do trabalhador. Eu estou com uma reportagem que saiu na mídia, (Mídia News) [0um:0dois:0dois], o qual o antigo diretor do (SAMU) coloca a precariedade da estrutura física do (SAMU). Então se existe essa precariedade, quais foram as providencias que a gestão tomou, porque ele publicizou a precariedade, ele colocou as considerações dele aqui com relação à estrutura das ambulâncias, com relação ao quantitativo dessas ambulâncias, a precariedade dentro de um trabalho em que o trabalhador não tem nem onde sentar dentro da ambulância, ele coloca todas essas questões frente a uma imprensa, ele publicizou isso e a gestão fez o que até agora frente a essas denúncias, frente à carta de entrega dele, frente a toda essa demanda publicizada de precariedade? O que a gestão tomou de providencia? Você já falou alguma coisa, "providenciou ambulância", mas não são suficientes essas ambulâncias frente às que estão estragadas.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Arrumou o banco? Colocou mais equipamentos dentro das ambulâncias? Providenciou maca reserva para quando vai a um lugar e deixa a outra lá? Providenciou seringa, agulha, respirador? Então são coisas que são muito mais além do que a gente está falando aqui. A gente precisa de um relatório adequado para fazer essa avaliação frente a toda essa denúncia. Essa denúncia já faz um tempinho que foi feita e a gente está aqui discutindo em um conselho e as pessoas estão morrendo lá fora desassistidas. Tem que começar a orientar a população a fazer (B.O.) dessa situação. O (SAMU) tem que se responsabilizar, o gestor tem que se responsabilizar. Não é por falta de alguém falar. Está visível, já foi falado, televisionado. O que nós queremos aqui é quais foram as providencias cabíveis que essa secretaria de saúde, do gestor de saúde, do diretor do (SAMU), o novo diretor, porque o outro já entregou a sua direção e já fez a sua denúncia, o que foi feito dali para frente para que isso resolva? Dizer que estamos preparados para a (Copa)? Vai continuar usando essas ambulâncias quebradas da (Copa)? Sistema de comunicação, sistema de regulação estão integrados? Então é tudo isso que a gente quer saber, como vai fazer um novo fluxo disso aí? Qual é a demanda de fluxo que vai ser feita? Porque manter do jeito que está, nós vamos continuar no caos. E não é só aqui em (Mato Grosso), isso é no (Rio de Janeiro), em (São Paulo) que as coisas estão dessa forma.

M: Questão de ordem, senhor presidente, por gentileza. Senhor presidente, a pauta tres.um foi para apresentação, discussão e deliberação sobre a situação de (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência). Eu como usuário, tenho urgência que isso seja resolvido o mais rápido possível com qualidade, mas eu vejo que a discussão que nós vamos estar aqui não vai chegar a uma conclusão. Então eu peço que envie, delibere para uma próxima reunião essa pauta e que envie para a (Comissão de Atenção Básica), que acho que é a apropriada, para que juntamente com o diretor, novo coordenador da área, possa sentar para dar todas as explicações que aqui já foram especificadas para que se possa posteriormente, na próxima reunião, vir a pleno e dar a devida deliberação com uma apresentação mais favorável, com uma apresentação também do parecer da comissão e aí a gente faz o fluxo normal.

Presidente João: Conselheiro, posso transformar a sua questão de ordem em encaminhamento após as falas dos conselheiros? Uma proposta de encaminhamento pra gente fazer depois das falas?

M: Afirmativo, senhor presidente.

Marivanda: Eu tenho uma questão de ordem também, que mantivesse as perguntas e ele pudesse responder aquilo que for necessário. Porque eu não gostaria de sair daqui para protelar mais um dia, mais um mês, mais um tempo sem resposta nenhuma.

Presidente João: Conselheira, com certeza, o diretor está anotando, depois que ele fizer os esclarecimentos, nós vamos fazer o encaminhamento do conselheiro, pode ser?

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

F: Mas presidente, até por questão de ordem, nós vamos colocar o diretor do (SAMU) em uma situação difícil. Eu respondo metade. Ou ele toma conhecimento lá, ele não era diretor, ele era um técnico lá dentro, ou ele toma pé da situação da (SAMU) para fazer uma apresentação mais concreta, senão ele vai falar no achismo aqui. Ele não tem um semana lá, ele foi nomeado segunda-feira. Acho que o encaminhamento do conselheiro é o mais ponderado ali.

Presidente João: Conselheira, obviamente ele não vai responder aquilo que não está no alcance dele, mas ele pode dizer, "eu vou responder na próxima, na próxima pauta eu vou trazer", mas pelo menos que ele finalize com aquilo que é possível responder dentro das perguntas que foram feitas aqui".

F: Uma questão de ordem então, presidente. Se não tinha condições de apresentar, se não tinha condições de responder, se está colocando o gestor em situação difícil, a gestão tinha que ter pedido a suspensão dessa pauta. Me desculpa, mas a gestão deveria ter comunicado esse conselho e pedido a suspensão da pauta, era muito mais fácil de se fazer.

Presidente João: Conselheira, com certeza as falas que estão sendo ditas aqui, em nenhum momento estão colocando o diretor em uma situação difícil. Então acho que é importante nós ouvirmos todos os conselheiros, isso vai contribuir para o futuro. Então, (Conselheira Ana Boabaid), por favor.

Ana Boabaid: (Ana Boabaid), segmento do usuário. Eu tenho um sugestão. A gestão não é só o diretor, tem toda uma equipe que funcionava e que está ali vendo todo o problema da instituição, da falta de quase tudo, porque lá parece que só está ficando o (RH). Mas já está sendo contemplado com recurso do ministério, ele apresentou nove ambulâncias para regulação, para substituição. Então eu tenho um sugestão, primeiro já foi contemplado em muitas falas, mas eu queria colocar que trouxesse pra gente quais as ações que vocês sanaram, as que têm a sanar desses problemas e quanto tempo vocês vão levar para sanar não em relação à (Fifa), mas em relação ao usuário mato-grossense, em relação ao (Sistema Único de Saúde de Mato Grosso). E eu queria colocar também, presidente e conselheiros, que se fosse possível, já que a regulação está ligada com o fluxo de vocês, que talvez eles pudessem colocar junto com a extraordinária da regulação essa questão do fluxo deles e até colocar, porque vai surgir problema na regulação que tem a ver com o (SAMU).

Rosenil: Com licença, (Rosenil), coordenação do (SAMU) com o doutor (João Júnior).

Presidente João: Vamos esperar os conselheiros, depois a gente abre para fazer esclarecimentos. Conclua, conselheira), por favor.

Ana Boabaid: Eu estou colocando, conselheiros, isso para aprovação. Eu não sei se seria melhor ou não, estou colocando como sugestão, nem eu sei se é melhor isso. Porque eu sei que são dois problemas que para mim um está ligado com o fluxo do outro, só em relação ao fluxo. Porque para regular às vezes você também precisa do (SAMU). Às vezes, nem todas as vezes.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

João Júnior: Presidente, posso só esclarecer uma coisa aqui?

Presidente João: Você não queria fazer o bloco?

João Júnior: Só para finalizar minha participação aqui.

Presidente João: Tem mais falas? Pode ser que você faça em um bloco só, faz esclarecimentos gerais, pode ser? Pode ir só anotando, por favor. Ouvidora (Edna).

Edna: Na verdade a minha preocupação é a seguinte, essas demandas que vêm se arrastando dos problemas que estão virando o caos, que já viraram, são situações que eu já demandei para o (Conselho Estadual de Saúde) que fosse discutido nas comissões. Como a gente estava com dificuldades com as comissões e agora as comissões foram recompostas, acho que é o momento de a gente novamente reencaminhar essas situações dos setores, a exemplo o (SAMU) e outros, e trabalhar a comissão juntamente com a área técnica, porque só aí nós vamos ter uma recomendação efetiva para trazer para esse pleno do (Conselho Estadual de Saúde) e deliberar por proposta que venha a resolver a situação. Pensamos até em visita, não é, (Benedito)? De fazer as visitas também dos conselheiros nas unidades, que é um trabalho muito importante, para que a gente possa ter maior conformidade a essas informações, porque senão a gente chega aqui no pleno, fica falando de um ou outro problema, mas na verdade a gente não traz o retrato do problema e a solução que é preciso dar. Então a minha proposta é que as comissões realmente voltem a trabalhar de forma eficiente em todas as demandas que estão sendo colocadas.

Presidente João: (Conselheiro Benedito).

Benedito: (Conselheiro Benedito), (COREM). Então, (Doutor João), veja bem, eu fiz quatro continhas bem práticas de vocês se organizarem. Quanto ao (SAMU), a gente vem discutindo há 90 dias ou mais, não é, (Amorim)? A gente coloca aqui quantas básicas e onde estão. Eu pergunto também, o segundo ponto, quanto um diagnóstico situacional já está feito ou está sendo feito, como está isso aí? E qual o tempo que vocês teriam para nos apresentar a esse pleno esse relatório da questão do (SAMU), que é uma preocupação não só deste pleno como de todo o estado do (Mato Grosso), o qual eu inclusive estava comentando com o (Amorim), é a responsabilidade do senhor enquanto diretor dirigir não só (Cuiabá), mas o estado como um todo. E se já tem um projeto de funcionalidade para agora do (SAMU) e também para a (Copa do Mundo), como já fora inclusive ventilado por algum companheiro do plenário. Então, doutor, essa é uma preocupação, a (Edna) foi muito clara também, bem prática de colocar a dificuldade que está posta e outros companheiros já colocaram também da situação. A colega aqui colocou como está essa situação do (SAMU) no seu atendimento, eu até disse para o (Amorim), quando você tem a básica onde ela vai estar só com o doutor, enfermeiro e técnico e você tem uma outra que está composta com um grupo mais completo que vem o médico. Por isso que eu estava falando para eles aqui que tem essa questão de perguntar, "como está aí? Tem vítima? Como está essa situação toda?",

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

(Beto), a gente vê tudo isso na policlínica onde eu dou plantão, a situação não é diferente. Chegam casos que às vezes nem tinham que chegar à policlínica e está indo tomando às vezes o direito de outro que está bem mais grave que o (SAMU) poderia atender e não vai. Esta noite mesmo que eu estava de plantão peguei uns três casos que não tinha essa necessidade, mas o (SAMU) teve que ir lá atender e levar para a policlínica. Até que provem o contrário, teve que levar. Então em síntese seria mais ou menos isso, que a gente tem essa preocupação de que você, não só o senhor, mas toda a sua equipe técnica, possam levantar, fazer um relatório situacional da questão do (SAMU) não só em (Cuiabá), mas no estado, para que esse pleno possa realmente entender e deliberar aqui e defender mesmo o (SAMU) como um todo.

Presidente João: Ok, conselheiro. (Conselheiro Antônio Amorim).

Antônio Amorim: (Antônio Amorim), representante do (UFMUIT), senhor presidente. Dizer ao (João), que está assumindo o (SAMU) junto com as outras equipes, o (Daúde) veio aqui e apresentou um plano do (SAMU), do (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) para todo o estado de (Mato Grosso), a distribuição dos escritórios regionais de saúde onde estariam ambulâncias que teriam médicos, onde teriam ambulâncias que não teriam médicos, falou até de motos, que usariam essas motos e os pontos que iriam inserir. Uma das coisas que a gente estranha, hoje vocês estão vendo como um todo a formação médica está muito em discussão, existem projetos com uma medida provisória sendo discutida no (Congresso Nacional) e um das coisas que se coloca é que o médico tem que passar na atenção básica e na urgência e emergência. Então nós estamos colocando na faculdade, estamos sugerindo, senhor presidente, senhores conselheiros, que o (SAMU) possa abrir um espaço junto com eles para convidar as universidades que têm os cursos da área de saúde, medicina principalmente, para estar junto tentando organizar e também servir como campo de estágio de formação de recursos humanos nessa área. Que a gente é muito cobrado nisso, mas a hora que vai construir uma (UPA), não se chama a universidade, a planta já vem fechada e não tem um espaço para o aluno e para o professor. O (Sistema Móvel de Urgência) está sendo discutido, não se prevê um espaço para também treinar esses profissionais para que possam trabalhar nisso. E os prontos-socorros também não têm essa finalidade de ser como uma escola. Então eu queria colocar a sugestão de deixar aberta a (UFMUIT) e convidar as outras universidades que têm curso de medicina aqui, a (UNIC), a (UNIVAG) para que também possa ajudar e podemos fazer uma escala também de servir para campo de estágio para os alunos. Essa era a minha fala, senhor presidente, eu agradeço.

Presidente João: Ok, conselheiro. (Conselheiro Orlando).

Orlando: (Orlando), (Sintep), segmento usuário. Na realidade o (SUS) desde quando foi criado foi uma das ações mais universais do (Sistema Único de Saúde), mas ele tem sido, como já colocado antes, precarizado. E o (Cosems) tem reclamado bastante dessa condição desse atendimento. Por exemplo, depois da criação do (SAMU) várias portarias e resoluções, mas eu vou me lembrar aqui da portaria um0um0/dois0umdois que redefiniu número de

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

habitantes por município, valores por município. Município de (Juara), (Colíder), que eu estive conversando com os companheiros do conselho municipal, eles têm pouca informação sobre isso, mas (Juara), 55.000 mil habitantes, (Colíder) tem 75.000 mil habitantes e não tem o (SAMU). Quando foi redefinida essa portaria 1010/2012, redefiniu da seguinte maneira, município de até 350.000 habitantes tinha um valor mínimo de repasse da (União), ou seja, do (Ministério da Saúde). Exemplo, 100 milhões, 100 mil, tinha que ter uma contrapartida do estado, uma contrapartida do município. Essa contrapartida do estado o município tem reclamado, principalmente a (Cosems), que ela não está sendo colocada. É muito parecido com o serviço de saúde quando a gente cobra, nós aqui enquanto conselheiros do estado da saúde cobramos a aplicação dos dois% mínimos. E também o município, a contrapartida do município para que a gente possa melhorar as condições do atendimento do (SAMU). Então, para concluir, penso o seguinte, que o diretor, (Doutor João), que está assumindo agora, embora a responsabilidade seja da (Secretaria de Saúde), mas ele vai ter que estar atento a essa atribuição dele enquanto diretor, porque a sociedade, principalmente os usuários estão clamando e nós enquanto conselhos temos que fazer cumprir não só as resoluções, as portarias e também a lei 8080, a lei complementar 151, então seria essa a minha contribuição.

Presidente João: (Conselheiro Ambrósio).

Ambrósio: Senhor presidente, eu acho que vou só reiterar meu pedido de ordem que eu solicitei anteriormente e ficou para depois das falas dos conselheiros. Esse ponto de pauta está comprometido e nós estamos perdendo tempo que deveríamos já estar em uma outra pauta e redimensionado para a comissão para que ela trabalhe juntamente com o (SAMU) e traga como algum assessor deste conselho e traga a resposta para a devida deliberação em uma forma mais objetiva, essa é a minha fala em relação a isso aqui. Gostaria que a gente andasse mais para frente.

Carlos: (Conselheiro Carlos). Como é do conhecimento de todos, na última segunda feira tivemos audiência pública em relação à lei de iniciativa popular com mais de tres0.000 assinaturas que pede a revogação da lei que autoriza as (OSs) no nosso estado. Não só na saúde, mas a lei como um todo, porque é a lei 151. Nesse sentido o (IPAS) já está contratado para trabalhar na (Fifa), o único hospital a atender, (Antônio). Como aconteceu nos jogos escolares do ano passado quando o governo pagou mais de 400 mil reais para o atendimento às delegações que vieram aqui com as crianças. Isso foi colocado na audiência pública. E aí nós estamos tratando da (Fifa). E a organização social já falou que vai atender o pessoal que vier. Mas será que ela vai entender com as dois0 cirurgias que ela fez até agora de vesícula, dois cirurgias de não sei o que lá? Lá não é ortopedia e traumatologia. Será que os jogadores vão quebrar a perna de todo mundo para que o (IPAS) faça atendimento? E se passar de quatro8 horas, ele vai atender? Porque ele faz eletividade das cirurgias, que nós sabemos, porque lá as pessoas não ficam internadas. Então eu acho que nós precisamos reforçar o (SAMU), porque é ele quem vai dar o atendimento lá na ponta. Nós precisamos de ambulâncias do

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

melhor tipo que tiver, e essas ambulâncias custam em média umsete0 mil reais, que eu estive em (Nova Marilândia), uma ambulância (Mercedes) com desfibrilador, no mínimo umsete0 mil reais, (Nova Marilândia) está comprando um para atender urgência e emergência porque o (SAMU) não chega lá e não tem condições de chegar. Ou será porque o (SAMU) de (Chapada) atende um00 quilômetros na região, vai até (Nova Brasilândia) se precisar daquela ambulância. E aí, como fica o atendimento? Essa é a pergunta. E por isso que nós precisamos fazer uma reunião somente com o (SAMU), presidente, para que o (SAMU) realmente venha a dizer. São perguntas que eu estou deixando. Ou será que nós vamos ter o atendimento como está feito quando o (Antônio Amorim) coloca as universidades para atender, faculdade de medicina federal, (UNIVAG) e (UNIC), será que vai contratar a (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) para fazer atendimento via telesaúde, que já estava acertado com a (Universidade Federal de Mato Grosso)? Que quem desenvolveu o programa para o atendimento do telesaúde foi a (Universidade Federal do Mato Grosso) e agora o convenio foi assinado com a federal do (Rio Grande do Sul)? Quem sabe vai ter atendimento pelo telesaúde, então nós precisamos discutir isso lá no dia do (SAMU). Eu quero discutir. Então acho que chega, nós temos que pegar, parar esse ponto de pauta, vamos para frente, porque tem muita coisa ainda.

Presidente João: Ok, conselheiro. A (Conselheira Alzira).

Alzira: (Alzira), segmento dos usuários. Em muitas coisas já fui contemplada, mas eu acredito que a gente está chovendo no molhado. Já ficou claro, o atual diretor colocou que ele tem um projeto, que ele já tem um projeto, então se já tem um projeto, evidentemente se tem um projeto, tem lá todas as ações que devem ser desenvolvidas e atrelado a isso, um financiamento necessário. Então a gente está chovendo no molhado, já foi definido aqui que é para a próxima reunião, então eu acredito que nós estamos perdendo um tempo precioso de viabilizar isso rapidamente, fechar a pauta e irmos para a próxima.

Presidente João: Fechamos aqui as inscrições para a discussão. Eu vejo que as falas de todos os conselheiros e conselheiras foram no sentido de poder aprofundar e acrescentar no debate apontando alguns pontos que não viriam para uma discussão de apresentação, eu acho que o diretor agora tem mais informações para poder acrescentar para a apresentação seguinte, então eu acho que as falas foram no sentido de a gente acrescentar mais ao debate. Eu vou passar agora, nós temos encaminhamento do (Conselheiro Ambrósio) e agora a (Conselheira Zuleide) pediu também para dar o seu encaminhamento.

Zuleide: (Zuleide), (Cisma), questão de encaminhamento. Que fique, como já foi acordado aqui nas falas, para a próxima reunião não extraordinária, não junto com a regulação, mas para a próxima reunião e sugiro também que seja trazida toda aquela documentação, (Doutor João), que nós apresentamos para o gestor passo a passo e que no final nós fizemos todo o levantamento novamente com o comprometimento à fala da gestão. Então queremos saber todo o encaminhamento que está sendo feito hoje e depois apresentação do projeto que você e sua equipe têm em relação a esse trabalho. É a sugestão. E

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

mais uma coisa, a ouvidora (Edna) falou da demanda que chega na ouvidoria que nós sabemos e as comissões enquanto isso, (Edna), nós estamos à disposição para trabalhar com toda essa demanda em relação ao (SAMU) para que nós possamos colaborar no dia da reunião.

Presidente João: Vou passar para as considerações do diretor e me parece que as falas foram no consenso de que nós mantivéssemos essa pauta para a próxima reunião para a gente aprofundar a discussão. Então eu passo para o diretor fazer suas considerações e já fica como inclusão de pauta para a próxima reunião.

João Júnior: Esclarecendo, hoje o (SAMU) está funcionando um00%. Regulação médica do (SAMU) é quando você liga um9dois, uma teleatendente vai pegar o seu endereço, talvez demore um pouco para pegar o seu endereço, ela está nervosa, e o médico regulador, a obrigação dele, isso protocolado no (Ministério da Saúde), não é bola de cristal, a gente define através da regulação médica se aquele atendimento merece atendimento da (UTI) móvel, entenda, o hospital vai até você, se aquela ambulância é básica ou se aquela ambulância é avançada. Tem diferença entre o cara que foi atropelado e está com escoriações leves e aquele cara que tomou um tiro no peito. Então a gente tem regulação com todo o critério, a gente não inventa da cabeça. Hoje a gente tem tres ambulâncias avançadas localizadas dois em (Cuiabá) e um em (Várzea Grande) e temos cinco ambulâncias básicas em (Cuiabá) e (Várzea Grande), um em (Poconé) e um em (Chapada dos Guimarães). Além disso a gente regula também as cidades de (Aripuanã), (Juína), (Cotriguaçu), (Colinas) e (Brasnorte). Então as cidades que a gente não regula hoje, (Tangará da Serra), que tem uma regulação própria do município, e a cidade de (Rondonópolis), que eles têm uma parceria com os (Bombeiros). Mas a grande tendência nossa, a gente gostaria de criar uma central d regulação médica do (SAMU), que não tem nada a ver com regulação de leito, de medicação, não tem nada a ver com isso, são coisas totalmente diferentes para poder fazer integração em um00% do estado. Queremos sim levar para (Lucas), para (Sorriso), para (Sinope), para (Alto Araguaia), para todo mundo ambulâncias pra gente poder atender. A gente sabe que essa prevenção é muito mais fácil de fazer o atendimento inicial lá do que transferir de (UTI) móvel para (Cuiabá), jatinho e tudo por liminar, que a gente sabe que acontece. Então a gente está sim com vontade de trabalhar, infelizmente temos dois dias de pasta, é muito fácil eu ter uma zona de conforto, ser plantonista e dar meu plantão das um9 às sete e assumir a gestão, é um grande desafio, é um grande aprendizado. Então tem aqui minha coordenadora (Rosenil), estamos fazendo esse diagnóstico geral, esqueci o nome da senhora, (Marivanda)? Infelizmente a gente ficou 90 dias sem direção, então só esclarecendo para a senhora, o (SAMU) está funcionando um00%, hoje graças a Deus não existe ambulância baixada, aquela cena horrível que a gente viu de nós funcionários empurrando ambulância graças a Deus não existe mais. Foi um grande chamado, aquilo foi bom pra gente, que a gente conseguiu sensibilizar o governo nesse sentido. Então foi bom pra gente, a gente vai tentar trabalhar, a gente quer mudar a

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

sede administrativa, aumentar o número de bases e vamos ver a viabilidade de fazer tudo isso daí. Muito obrigado.

Presidente João: Obrigado ao diretor.

M: Presidente, só uma questão de ordem, se o nosso diretor sabe que o (Corpo de Bombeiros) vai fazer atendimento com doze ambulâncias e vai entrar de acordo com o (SAMU). Não, eu estou colocando porque eu ouvi a entrevista do comandante geral dizendo que o (Corpo de Bombeiros) vai receber dozes ambulâncias e que vai começar a fazer o atendimento de urgência e emergência. E agora? Então isso é pergunta para a próxima. E aí o diretor, só um instantinho...

Presidente João: Conselheiro, na realidade não é uma questão de ordem, é mais um informe. Obrigado, diretor. Então está para a próxima pauta do conselho, na próxima reunião em novembro, aí a gente vai aprofundar esse debate.

M: Lembrando, senhor presidente, que essa matéria vai para a comissão para discutir, essa foi a minha proposta.

Presidente João: A (Conselheira Zuleide) deu uma proposta...

M: A proposta eu tinha colocado anteriormente que era para respeitar o fluxo. O conselho tem que aprender a respeitar o fluxo, pelo amor de Deus. O fluxo de discussão não passa pelo conselheiro, passa para as comissões e das comissões vêm para esse pleno. Não existe outra, a não ser se o pleno delibera e tem soberania para isso. Ou então quem sentir no direito, no começo de cada item, peça.

Presidente João: Conclua, conselheiro.

M: Eu não lembro aqui o termo técnico. Peça vistas, presidente. Então essas são as formas. Porque se ficar discutindo, discutindo, perdendo tempo. Nós novamente vamos perder tempo. Eu como usuário, não sou gestor, eu tenho uma pressa imensa de ver essas coisas resolvidas, porque é o usuário quem sofre as consequências. Então eu gostaria, senhor presidente, que esse pleno fosse mais rápido nas situações das discussões. Eu não falo isso à toa, é minha vez e eu não fico calado aqui não.

Presidente João: Conselheiro, está na pauta de novembro o debate desse pleno, esse pleno que é soberano, mas isso não inviabiliza que cada comissão aprofunde esse debate dentro das suas comissões procurando informações, aprofundando a discussão, buscando informações na ouvidoria, eu acho que as comissões têm um mês para aprofundar esse debate para subsidiar esse pleno na reunião ordinária. Eu acho que a pauta está garantida para a ordinária de novembro e as comissões estão aí aptas para se mobilizarem e aprofundarem esse debate para que o pleno possa concluir profundamente essa discussão. Pode ser assim?

F: Questão de ordem, está dentro da minha proposta inclusive isso.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

M: A proposta é para a comissão específica como eu falei, não sei se o secretário anotou, mas eu pedi para a atenção básica. Eu não sei se ela é específica, mas é para discutir juntamente com a deliberação.

F: A demanda é da ouvidoria, ela que vai encaminhar.

Presidente João: Conselheiro, a pauta está garantida na reunião ordinária do conselho. As comissões se mobilizem, trabalhem e busquem aprofundar esse debate para a reunião ordinária de novembro, pode ser? Acho que essa é a discussão. Próximo ponto de pauta. Obrigado ao diretor, à coordenadora, até a próxima reunião do conselho. É o consenso da pauta. Apresentação e avaliação do primeiro quadrimestre do (RAG dois0umtres). Quem fará apresentação?

M: (João), só questão de ordem. A (Comissão de Orçamento) junto com os técnicos, (Valdik), que seriam primeiro e segundo quadrimestre. Então ele vai fazer apresentação do primeiro e segundo quadrimestres.

Presidente João: Ok, primeiro e segundo quadrimestres do (RAGdois0umtres), apresentação para depois a gente fazer a discussão.

M: Presidente, eu só quero fazer um pergunta a todos os companheiros e companheiras aqui dentro, desculpe, todos os conselheiros, companheiros e companheiras não, já foi lá no passado, nós somos conselheiros e conselheiras. Todos conseguiram fazer a leitura do segundo quadrimestre? Porque no meu computador os quadros estavam em negrito. Respondeu, agora vamos para frente.

Presidente João: Quem fará a apresentação do primeiro e segundo (Quadrimestre).

M: (Valdik).

Presidente João: um0 minutos para a apresentação, por favor.

Valdik: Boa tarde. (Valdik), sou da coordenadoria de planejamento. Cumprindo a lei 141 no artigo tres6 que diz que têm que ser apresentados os relatórios quadrimestrais. Esse relatório do primeiro quadrimestre foi enviado ao conselho no mês de maio de dois0umtres, dois9 a tres0 de maio. E já foi enviado agora no final de setembro o do segundo quadrimestre também, então posso fazer a apresentação dos dois quadrimestres. Primeiro quadrimestre, o relatório consiste, conforme a lei, das auditorias iniciadas e concluídas e consolidado da produção do (CIA CH) [03:38:05]. E, por último, o montante da aplicação dos recursos. Auditorias iniciadas primeiro quadrimestre de 2013. Esse material, como já foi entregue para vocês... não conseguiram? Mas foi entregue desde o mês de maio. Esse primeiro vocês já têm. Sobre as auditorias do primeiro quadrimestre, eu não tenho o que relatar, eu só vou demonstrar, se tiver alguma dúvida, o auditor (Eliberto) estava presente, mas aí a comissão pode chama-lo a qualquer momento. O segundo ponto são os dados da produção (CIA CH) [01:40:07], primeiro trimestre de 2012. Do (CIA CH) tem que ver que ela tem uma defasagem por conta da apuração pela comissão, eles não têm esses dados com o quadrimestre fechado, eles estão sempre com dois meses

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

de defasagem. Então os dados, por exemplo aqui, tem um período de apuração, de janeiro a março nos relatórios, eles não conseguem apurar o mês fechado. Dados sobre o montante e aplicação dos recursos, são as fontes de recursos que a secretaria utiliza. Esse é o consolidado que nós tínhamos do orçamento. Orçado inicial nós tínhamos 98dois milhões inicialmente, ao fim do primeiro quadrimestre nós tínhamos autorizados 98tres, houve um acréscimozinho na fonte tres6um, que é recurso de convenio, nas outras fontes não houve alteração até esse momento. Desses valores, foram empenhados quatroquatro8 milhões, pagos até abril dois60 milhões e há um saldo de dotação. No empenhado é importante salientar que os contratos, a grande maioria deles são empenhados globalmente, são até o final do exercício e até o fim do contrato. Por programa, o programa apoio administrativo tinha inicialmente quatro99 milhões, empenhou 172 milhões e pagou 147 milhões. A folha de pessoal encontra-se dentro desse programa. No programa tresdois6 de fortalecimento da gestão tinha um orçamento de cincoum milhões e 8cincosete, teve um acréscimozinho de cincoum e 9doisete, foi em torno de um00 mil reais. Empenhou 27 milhões e 174 e pagou 7 milhões, 937. O programa 327 tinha um crédito autorizado de 425 milhões, 551 mil. Empenhou até o momento 248 milhões, 158 e pagou 63 milhões, 567 mil. Esses são os programas operações especiais, que é o serviço da dívida, esse não foi feito nenhum pagamento até o mês de abril, está zerado, só foi o crédito. Operações especiais, outras, doisquatro0, que é o (PIS/PASEP), doisquatro0. E o 997, que é previdência de inativos e pensionistas, que foi pago até o mês de abril um milhão, 114 mil. Aquilo abre para o projeto atividade. Eu não vou falar cada um, até porque se tiver alguma questão que queira aprofundar sobre determinadas ações do projeto, é só solicitar que a gestão se prontifica. Mas a gente pede que solicite por área e pelas comissões. Então encerro o primeiro quadrimestre. Segundo quadrimestre. Foi entregue agora semana passada, em setembro para o conselho, esse material que acho que a maioria não conseguiu abrir. Nós vamos encaminhar, (Nil), eu não vou mandar em (PDF), vou mandar no (Power Point), que vocês conseguem, deve ser problema no (PDF) que não conseguiram abrir. É o mesmo formato, que é o que determina a lei, auditoria, produção (CIA CH) e dados do montante da aplicação do recurso. Auditorias iniciadas e concluídas. Processo concluso no segundo semestre. Processos em andamento. E dados sobre produção de (CIA CH). Dados sobre montante e aplicação dos recursos. NO período de janeiro a agosto nós tínhamos inicialmente no orçamento inicial 98dois milhões, temos hoje um bilhão,75 milhões. As suplementações que houveram e que aumentaram os valores foram por conta da 112, foi excesso de arrecadação, na 134 também por excesso, que já foi suplementado em torno de sete0 milhões por excesso, já foi autorizado pelo estado, já foi suplementado. E a 312 e 334, que são recursos apurados de superávit financeiro de anos anteriores. 312 seria (CIA 112) e a 334 da 134. Foi empenhado nesse período até o segundo quadrimestre sete8tres milhões, pagos 643 milhões e um saldo de dotação de 261 milhões. Por programa. No apoio administrativo, então créditos autorizados hoje de 510 milhões, disso já foram empenhados 344, pagos tresdois0. NO programa 326 do fortalecimento da gestão veio um crédito

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

autorizado de 57 milhões, foram empenhados 44 e pagos 25. No 327, tem um crédito hoje de 500 milhões, foram empenhados 391 milhões, pagos 295 milhões. E os outros são as operações especiais (PIS/PASEP) e também do pensionista. E abre a apuração. Eu também não vou entrar por cada ação. Encerro, portanto, a apresentação do primeiro e segundo trimestres.

F: Senhor presidente, questão de ordem, vamos dar condução.

Presidente João: Fechou. Só um momento, (Conselheiro Carlos), a (Comissão de Orçamento e Planejamento) tem algum relatório, algum esclarecimento a ser feito? Vamos ouvir a (Comissão de Orçamento e Planejamento), depois nós vamos abrir para os debates. (Conselheiro Orlando), em nome da comissão.

Orlando: (Orlando), (Sintep), segmento usuário. Os colegas da comissão podem colaborar, mas eu queria fazer primeiro aqui uma reflexão rápida com relação primeiro às irregularidades, vamos dizer assim, vamos ser franco, as irregularidades que já vêm sendo cometidas desde dois0um0, passou por dois0umum, na realidade o que eu citava no expediente relevante que a questão técnica foi resolvida, mas ainda falta alimentar informações que as secretarias solicitam, é o (RAG dois0umum). Mas veja bem, essa questão da lei complementar 141 a partir de janeiro de dois0umdois, que ela não faz referência, não aponta a recomendação e sim expressa que tem que cumprir os percentuais mínimos dos umdois%, no caso nós estamos tratando aqui do estado, o problema continua. Por exemplo, realmente houve uma realocação daqueles sete milhões, dos recursos que foram cancelados em dois0um0 para dois0umum, mas o artigo terceiro da lei complementar 141 reza, expressa, (Carlinhos), (Edvande) e a companheira (Ana), que também tem acompanhado, expressa que tem que aplicar em serviço de saúde. E para nós da comissão ainda não está caracterizado, aliás, a (LOA) apontava 98dois milhões e aproximadamente um0% que chega aí a 9tres milhões que seria o incremento das fontes que acertadamente ele colocava aqui, mas para nós não está caracterizado que de dois0umum, dois0umdois e agora dois0umtres esses recursos foram realmente aplicados no atendimento de saúde. E mais, no artigo terceiro também não está expresso que os recursos custeados na judicialização têm que incidir nos 12%. Então isso para mim, como nós ainda não fechamos os relatórios para que a gente possa dar parecer, trazer como parecer para o conselho devido a essas informações ainda estarem prejudicadas, porque inclusive no demonstrativo das informações de receita de 2012 ela está praticamente sem informação, ela não traz os informativos no demonstrativo que possam nos ajudar na governabilidade de dar sequência àquilo que realmente o estado aplicou. Não sei se os demais colegas da comissão têm mais o que colocar? Então como ainda está no prazo de a gente receber essas informações e de a gente completar também essas informações de 2012 considerando ainda essas informações de dois0umum, acredito que a gente tem que considerar ainda esse prazo para que a comissão possa dar parecer.

Ana: Eu gostaria de completar.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Presidente João: Desculpa, (Conselheira Ana), o (Conselheiro Edvande) se inscreveu para falar em nome da comissão, depois eu passo para a (Conselheira Ana) e depois vamos abrir para discussão.

Edvande: Na verdade isso aqui é uma avaliação por parte de todos nós, e não da comissão, mas aí, (Valdik), na minha avaliação eu percebo que são vários problemas que estão com baixa execução. Nós já estamos no oitavo mês do ano e estão com baixa execução, o que significa dizer que alguns programas não vão cumprir metas, não vão conseguir executar e não vão conseguir gastar, principalmente vigilância, qualificação de trabalhadores e agentes sociais da escola de saúde pública, que é a fonte 112, tem quase dois milhões lá parados, a gente tem vários programas que a gente percebe que têm baixa execução, pagamento também baixíssimo, tem a reprogramação do (RAG 2011) foi por falta de pagamentos e eu não consigo entender como não consegue gastar, por que não consegue executar, sendo que tem dinheiro em caixa. Então tem um monte de dinheiro parado na secretaria. Por que está parado esse dinheiro? Então é uma questão de rever, por exemplo, principalmente a capacitação de conselheiros e agentes sociais, dos trabalhadores tem quase dois milhões parados, que é descaso com a saúde pública. Por que isso não consegue rodar? Então a minha avaliação é que cada superintendência enviar para esses conselhos qual é a dificuldade de operacionalização na sua pasta, porque cada superintendente é responsável por sua pasta. Qual é a dificuldade de trabalhar, de gastar? Porque uma empresa que não tem dinheiro, não tem como trabalhar e na secretaria tem o dinheiro e não consegue trabalhar. O que está acontecendo? Então é essa a minha avaliação, que não consegue cumprir metas, não consegue executar. Existe uma desculpa que fala que na licitação, mas por que não começa fazer essas licitações em março? Pede tudo em março, assim que abre a licitação, faz uma solicitação geral para não esperar chegar dezembro para pedir. Então é uma desculpa que não justifica. No meu ver é isso, essa é a minha avaliação, que tem muito dinheiro parado.

Presidente João: Ok, conselheiro. (Conselheira Ana), da (Comissão de Orçamento e Planejamento).

Ana: Bem lembrado, que a gente tinha até conversado o que o (Conselheiro Edvande) colocou por último agora esse grande nó crítico que existe na (CES) na questão do planejamento é a execução, porque planejamento tem, área técnica senta, trabalha, chega na hora da execução tem o recurso e o povo está padecendo e não se executa. E também quando se executa, a gente não está vendo o custo benefício disso. Eu queria só lembrar, (Orlando), ficou faltando na nossa fala a questão do artigo quarto que continua ferindo a lei 141 que continua pagando aposentados e inativos pela lei 141 a secretaria não paga mais aposentado e inativo.

Presidente João: Ok, conselheiros da (Comissão de Orçamento e Planejamento), que aprofundaram mais a análise do (RAG). Vamos abrir agora para discussão. (Conselheiro Carlos), em sequência, (Conselheira Marivanda). Desculpa, depois, é importante anotar isso aí, porque precisa depois dar o

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

direcionamento ou a readequação dentro do (RAG) seguinte. (Conselheiro Ambrósio), por favor?

Ambrósio: (Conselheiro Ambrósio), (Fraternidade). Boa tarde de novo aos conselheiros e conselheiras e técnicos. Bom, a minha pergunta aos executores, eu vou só chover um pouco no molhado, mas isso é importante. (Edvande) foi bastante perspicaz, a (Conselheira Ana) também na questão das metas, isso é fundamental para que o que se planejou também as metas e está dentro dos objetivos, tem que atingir. Nós estamos aqui exatamente para cobrar essa situação. Mas o que eu queria colocar, eu nem ia entrar muito nesse mérito, porque eu também não me aprofundei na discussão. O que eu queria colocar e a (Ana) colocou, nós entramos uns cinco anos atrás e tem um parecer e se tem observado, tem que ser visto, tem um parecer do (Ministério Público) dizendo, (Valdik), eu sempre falo (Derek), (Valdik) estava lá na coordenação na época e nós entramos com ação no (Ministério Público) para que isso não ocorresse e agora eu estou vendo o que está ocorrendo, pagamento de inativo não é para ser pago com recurso da saúde. E nós temos uma determinação do (Ministério Público) há uns cinco anos. Eu tenho essa recomendação lá em casa guardada, eu, (Edvande) e a (Maria Cândida) que entramos com uma ação para que isso não acontecesse mais. E se isso está levando, tem que levar novamente, porque alguém, algum agente está cometendo os erros já sanados anteriormente.

Presidente João: Agora (Conselheiro Carlos).

Carlos: Presidente, conselheiros, conselheiras, técnicos da saúde, (Conselheiro Carlos), da (Educação Física). Vou começar com a seguinte leitura e aí vem pergunta. Além disso, o parágrafo segundo do artigo dois⁶ estabelece na lei complementar que o prazo máximo para aplicação dos recursos repassados pela (União) aos estados e municípios dos estados para os municípios é de doze meses, sendo que o poder executivo da (União) e dos estados editarão decreto até doze de abril de dois⁰umdois fixando, entre aspas, é o que está na lei, os procedimentos de suspensão e reestabelecimento das transferências constitucionais de que trata o parágrafo primeiro a serem adotados caso os recursos repassados diretamente à conta do fundo de saúde não sejam efetivamente aplicados no prazo fixado para cada ente. A pergunta é, havia recurso no fundo de saúde? Foi feito o decreto? Essa é a pergunta, bem simples. E aí eu gostaria de ver no (RAG) assim, eu estou com um outro documento, mas eu gostaria de ver no (RAG) uma tabelinha assim, o real, qual foi a ação, o que estava no programa, qual foi a tarefa, tem um quadrinho aqui, e aí vem o (RAG) e o (RAG) vai dizer para mim quanto de percentual, que aqui só aparecem os números, e o que tem no saldo na fonte, está ali. Então nós não estamos vendo isso por tarefa, nós estamos vendo só os números. Isso não aparece, isso nós precisamos ver. A outra situação, (Valdik), o estado não cumpriu, o conselho estadual está sendo conivente e eu também. Eu também não, porque eu cansei de falar, cansei de alertar esse conselho e está nas atas que eu cansei de falar. Primeiro, o que diz a lei complementar 141? Até o dia dois⁸0dois a secretaria deverá apresentar o (RAG) do terceiro quadrimestre do ano anterior ao (Conselho Estadual de Saúde) e à (Assembleia Legislativa)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

solicitando audiência pública. Até o dia trésum de maio a mesma situação. Até o dia 31/09 a mesma situação. Essas são datas que têm que ser cumpridas. Não foram. Até trinta um de janeiro a diferença mínima do ano anterior. Onde está ali no (RAG), não teve diferença? Porque a informação que eu tenho da (CAF) é que tem empresas que não querem pagar porque não foi pago o medicamento, não querem entregar aqui. Quanto ficou devendo do ano anterior? Faz parte do nosso orçamento? Ele não pode fazer parte, ele tem que estar em uma outra caixinha ou em uma outra rubrica. Restos a pagar cancelados no ano anterior. Onde estão esses restos a pagar? Eu não vi ali. Tem restos a pagar? Tem lá dois0 milhões, tres0 milhões. Mas e aí? E até dois9 de março audiência pública do (RAG) no (Conselho Estadual de Saúde) e tal. E o juro do ano anterior? Nós vamos discutir o (RAG dois0umdois), não discutimos ainda, o de onze não foi aprovado. Então nós não estamos cumprindo os prazos, presidente. Eu passo vergonha, porque eu fui a (Nova Marilândia) e estava lá assim, "(Nova Marilândia) vai apresentar o segundo quadrimestre no dia vinte nove de setembro". E estava o (Conselho Municipal de Saúde) tudo acertadinho com a prestação de contas arrumadinha e apresentando. Eu cobro do conselho municipal e não faço meu papel em casa? Como nós vamos ter condições de avaliar e aprovar algo no futuro? Desculpe, eu não tenho condições de aprovar o que está sendo colocado. Não em detrimento aos técnicos da (Secretaria Estadual de Saúde), mas em detrimento a um estado que liquida, mas não paga. E essa informação é correta, empenha, liquida e já foi colocado aqui por um ex-secretário. E cumpre os 12%? Não, eu liquidei, mas o dinheiro não chegou no bolso de quem vendeu o produto ou entregou o produto. Nós queremos 12% do pago, aí não está dentro do percentual, como manda a lei. Obrigado.

Marivanda: (Conselheira Marivanda), (Conselho Regional de Medicina Veterinária). Eu também queria fazer, já fui contemplada com a fala do (Conselheiro Ambrósio) com relação ao pagamento de pensionistas, que fala a respeito disso, a 151, no artigo quarto, no primeiro item. E eu também fiquei em dúvida agora do item nono que fala também que não constituirão de despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de apuração de percentuais mínimos de que trata a lei a questão de obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde. No nosso (PTA) consta questões de obras e reformas. Eu queria saber até através da auditoria se a auditoria também tem como me falar a respeito disso. Se fala na lei que não pode usar o recurso da saúde para obras de infraestrutura, hospital, tudo isso aí faz parte de uma estrutura de saúde e se a gente tem no (PTA) orçamento para isso, como fica essa questão? Eu gostaria que alguém me esclarecesse isso. A questão também do cumprimento de metas realmente está muito aquém do que deveria, nós não estamos conseguindo avançar dentro da secretaria, estamos praticamente paralisados, engessados. Não sei também, gostaria que a gestão ou a auditoria explicasse para nós o porquê desse engessamento dessas atividades. Quando fala do fortalecimento do (SUS), essas ações estão todas praticamente paralisadas e agora o secretário limitou a questão de diária para os motoristas, eles só podem ter um0 diárias

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

mensais. Mas o que alega não ter carro, transporte é que como está limitado em um0 diárias para cada motorista, contingenciamento de diárias, a vigilância epidemiológica absorve grande parte e a gente não está tendo motoristas para fazerem as demandas de serviço da secretaria, então estão ficando aquém os serviços. Então eu gostaria de uma explicação, o que está acontecendo. E essa questão da infraestrutura eu estou interessada em saber, se a gente está investindo, fazendo investimento em infraestrutura e a lei diz que não pode, então o que está acontecendo? Eu gostaria de uma explicação. E a questão de manutenção ainda dos pensionistas, de aposentados e outras coisas mais. Então eu gostaria dessas explicações. E uma coisa que eu gostaria de explicação é com relação a gente estar investindo, se bem que nós estamos tratando do (PTA) de 2013, então isso aí é para 2014.

Presidente João: Concluídas as falas dos conselheiros que pediram inscrição, informar que o (RAG) de quatro em quatro meses deve ser apresentado ao conselho para o conselho fazer a recomendação, direcionar a estão pra que cumpra de fato o que foi determinado pela (LOA), acho que é importante depois ter todas essas informações registradas, encaminhadas para a gestão, composição desse conselho com relação às recomendações que estão sendo feitas aqui. Vou passar agora para o apresentador para que ele faça os esclarecimentos que foram pedidos pelos conselheiros, mas é importante que a comissão depois faça um relatório de todas essas informações pontuadas aqui para encaminhar para a gestão.

Valdik: Respondendo ao que foi dito pelos conselheiros, na primeira indagação do (Conselheiro Orlando), a lei diz realmente sobre a aplicação dos recursos. Saiu uma lei em julho do ano passado da presidente (Dilma), não sei se é uma lei complementar ou um decreto presidencial, mas ela regulamenta através do (STN) as rubricas onde serão aplicados os recursos que ficam de anos anteriores, que é o caso dos a pagar não executados, que são anulados e a lei diz que a aplicação a partir de dois0umquatro. Então em dois0umquatro vai ter uma rubrica especifica do jeito que você vê lá, diária, vai ter um elemento lá especifico para recursos (TRP) estornado no ano anterior. São 6 rubricas que foram criadas pelo (STN). É uma lei que vale para o (Brasil) todo, conselheiros, é a partir de dois0umquatro. De cabeça eu não sei o número, conselheiros, mas eu posso mandar para vocês. (Conselheiro Edvande), sobre a execução da área, foi aquilo que eu falei, a gestão está aberta a prestar informações que vocês requisitarem. O encaminhamento dos quadrimensais está cumprindo dentro do prazo que diz a lei, que é até o final do mês subsequente e está dentro do que a lei nos pede, que é autoria, (CIA CH) e a execução dos recursos. Cabe à (Comissão de Planejamento e Orçamento) chamar aquelas áreas. Tem área que não está executando a contento até para vocês poderem auxiliá-los, ver onde está a dificuldade e interceder junto à gestão para que ajude. Acho que é importante essa participação do conselho com as áreas realmente. Então vocês vão chamar, as áreas vão estar abertas para prestar esclarecimentos necessários. (Ana Boabaid) e (Conselheiro Ambrósio), sobre a questão dos inativos e pensionistas, o que diz a lei sobre inativos e pensionistas é que eles não podem compor os 12% dos recursos da saúde.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Não compõem, eles são retirados da base de cálculo. Eles só estão na rubrica da saúde, o pagamento é feito por lá, mas eles não compõem o percentual mínimo de aplicação em saúde, ele é retirado. Então só está lá meramente porque é uma despesa de inativos da saúde, mas para a composição dos 12% ele não é computado, é retirado. Se você pegar o (CIOPS) ou qualquer outro documento que tenha apuração vai aparecer lá o débito, vai estar lá debitado do valor. (Conselheiro Carlos) foi a mesma questão do (Orlando), do (STN) que está lá. Os prazos da assembleia, questão do prazo, nós estamos cumprindo o prazo, encaminhando. Questão da apresentação, cabe ao gestor provocar a assembleia e pedir, o próprio conselho pode provocar o gestor. Do resto a pagar é o mesmo do que já foi regulamentado pelo (STN) pela (Dilma), da (Marivanda), questão de obras e reformas, conselheira, confesso...

F: (Inint) [0dois:um0:doisum].

Valdik: O inativo? É porque é o inativo da saúde, ele faz parte do quadro da saúde o inativo. Ele tem que aparecer dentro da (Secretaria da Saúde). O que ele não pode é computar nos 12%, isso não é computado, é retirado. Quando são apurados os 12%, aparece lá a dedução.

M: Questão de esclarecimento.

Valdik: Só concluir, só um minutinho. A senhora perguntou, conselheira, das obras e reformas. Que eu saiba, só obras e reformas com saneamento é que não podem. Eu vou dar uma lidinha na lei, que eu também fiquei...

F: (inint) [02:11:05].

Valdik: Mas o (Ministério) junto com o (CIOPS) são bem criteriosos, tudo que não pode eles retiram. O (CIOPS) inclusive, conselheiros, é um instrumento maravilhoso para vocês aqui, porque em termos de controle social é o que mais... que eu tinha de esclarecimentos era isso.

Presidente João: Ok. (Conselheiro Orlando) e depois o (Conselheiro Carlos) para esclarecimentos.

Orlando: Como eu tinha colocado antes, no caso dos aposentados e pensionistas, realmente no quadro aparece com 0 de percentual. O problema é, como eu tinha colocado antes, no demonstrativo das receitas ele está zerado, nós não temos lá ainda esses dados do demonstrativo que ele está zerado, inclusive esse quadro a gente teve acesso, inclusive já das receitas de dois0umdois e também dois0umtres. Então para que o conselho possa contribuir em termos de parecer, nós temos que ter essas informações do (CIOPS). Nós tivemos uma reunião com a equipe técnica da (CEFAS), que são os responsáveis de dar essas informações dessa questão das contas, do custeio, das receitas, mas eles também têm dificuldades de entender o próprio mecanismo quando se fala principalmente do entendimento tributário dos dispositivos de recursos inclusive da saúde, então eles têm dificuldade também nessa composição, bem parecido com a questão, por exemplo, da educação, onde o curso superior está incidindo nos 12% da educação básica, a mesma coisa está acontecendo na saúde onde determinados insumos e impostos em

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

que a (Secretaria de Saúde) continua tendo dificuldade não é nem de explicação, é de entendimento mesmo naquilo que é recurso da saúde. Eu coloco enquanto (Comissão de Planejamento), e eu quero que os demais componentes da comissão entendam que nós não podemos afirmar, nós ainda não temos condições de afirmar enquanto comissão que os recursos que estão sendo judicializados e que os recursos que estão sendo pagos como pensão e aposentadoria, no caso inativos, nós não podemos afirmar que eles estão incidindo nos percentuais dos 12% pelo fato de que ainda informações têm que ser alimentadas no ranking, principalmente do (CIOPS), é aquilo que eu colocava para vocês anteriormente. A partir do momento que o conselho tiver a resolução aprovando, autorizando que a comissão devolva o (RAG 2011) para as áreas, eles vão alimentar essas informações não sei em que prazo e aí a gente terá condições de afirmar ou não esses pontos que estão aqui levantados no caso da própria lei complementar 141, tanto do artigo terceiro, o que pode, o que incide, também do artigo quarto, o que não pode e o que não incide. O que a gente tem para afirmar é que os recursos realmente foram realocados no caso dos valores que foram cancelados, mas não temos ainda ele caracterizado que foi aplicado em atendimento de saúde. Por exemplo, pode ter aplicado em outras finalidades, mas não temos isso caracterizado enquanto atendimento de saúde. Então só após a resolução do conselho para que a gente possa ter as informações das áreas alimentando inclusive o próprio (RAG), principalmente através do (CIOPS), através dos técnicos da (Secretaria da Fazenda) para que a gente possa dar o parecer. É óbvio, isso não impossibilita que o pleno dê o seu parecer.

Carlos: Esclarecimento. Por que eu estou colocando isso? Onde está o dinheiro, a rubriquinha ali do dinheiro que o estado ficou devendo para as prefeituras municipais que não terminaram de pagar, que termina em novembro? Onde ele está ali? Passaram de cinco milhões. Ajudei a fechar uma ponte na (Barra do Bugre) para chegar dois milhões e sete mil, só chegaram dois e um mil. A sociedade barrabugrense fechou a ponte, porque eram dois milhões e sete mil. O senhor governador jogou o papel na cara da (Secretaria Municipal de Saúde), que chorou pela forma como ela foi atendida e ele disse que estava pago e estava liquidado. Então a pergunta é cadê este dinheiro dali? Cadê a rubrica ali 312, 321, que é o juro, (Valdik)? Não está ali. Essa é a pergunta, onde está, o que está faltando pagar? Eu pedi um relatório da (CAF) e a (CAF) não me entregou até hoje quais são as empresas que não receberam do ano passado. Vou entrar com uma notificação extrajudicial, é a única forma que eu tenho, gente. Desculpe, como cidadão e a lei complementar 141 me faz fazer este papel. Ou eu faço, ou eu vou cumprir o que diz lá no final, vou responder civil e criminalmente desde um quatro mil, é a lei que põe a força nesses conselheiros. Então é isso, onde está esse dinheiro do pagamento dos municípios que não foi quitado até agora e não está ali no (RAG). Está em um decreto, mas ele tem que fazer parte dali, está escrito na lei complementar 141, gente.

Ambrósio: Eu estava avaliando aqui, pedi para o (Valdik) colocar ali o quadro pra gente avaliar a execução de pagamentos. A gente vê que o pagamento

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

está até de acordo com a época, está andando o pagamento, mas eu me lembrei que eu fiz uma pergunta, a (Conselheira Ana) e outros colocaram e não nos foi respondido, a questão dos impactos positivos ou negativos das metas. Porque essa é a grande questão para nós conselheiros, nós temos que avaliar as metas e redimensioná-las se necessário. SE o setor mal, temos que chamar o seu representante, o responsável por aquela pasta e falar, "meu amigo, minha amiga, o que está acontecendo? Sua execução está baixa ou a sua execução está alta". E não nos foi respondido, e isso que é o fundamental. É essa situação que é o nosso papel de avaliar e observar se essas questões estão sendo resolutivas. Eu como usuário não me sinto assim, correspondido nesse sentido. Então essa é a grande questão, a execução ali está ok. Nós temos um bilhão e sete e seis milhões para execução. Lá foi executado, lá foi pago, vou colocar dessa forma, 6 quatrotres milhões e 8 tres mil reais, etc. Tem em dotação orçamentária ou tem em caixa, nós temos dois e seis milhões. É saldo de dotação, tem disponível lá para custeio do resto do ano. Mas o que não foi respondido, eu vou complementar, é a eficiência ou a ineficácia nas ações, isso nós queríamos que fosse demonstrado para nós. Aí as comissões têm que ficar atentas para as suas áreas específicas para chamar os gerentes, chamar os diretores e chamarem o superintendente para dar as devidas explicações. Esse é o grande papel das comissões, têm poder de chama-lo para a comissão para perguntar o que está acontecendo. Eu gostaria que a gestão desse a resposta.

Presidente João: Desse a resposta e após a resposta é importante que a análise do (RAG) sirva para os conselheiros compararem o que já foi executado com a (LOA) desse ano e o que precisa melhorar dentro da execução. Por isso é importante a (Comissão de Orçamento e Planejamento) sair com o relatório para a gestão apontando todas essas questões que nós elencamos aqui para registrar que de fato o conselho analisou, que recomendou e pontuou para a gestão. Então a (Comissão de Orçamento) é importante que depois faça o relatório dessas recomendações para a gestão.

M: Presidente, só uma questão de ordem antes que eu esqueça, quando está marcada a audiência pública? Essa é a pergunta, porque a (Assembleia) disse que não chegou o ofício lá. Foi feito o ofício ou não foi feito o ofício? Quando está marcada a audiência pública da apresentação dos dois quadrimestres?

Presidente João: (Valdik), por favor, o esclarecimento e aí fica como proposta de que a (Comissão de Orçamento e Planejamento) faça o relatório para encaminhar depois para a gestão pontuando o que nós discutimos aqui.

Valdik: Em relação às metas foi a mesma resposta que foi dada para o (Conselheiro Edvande), a comissão analisa e chama área por área que ela julgar interessada para ver o pormenor da área. Que enquanto coordenador de planejamento, nós fazemos apenas o acompanhamento do gasto. Quem faz acompanhamento da ação é cada área específica, aí cabe ao conselho chamar cada área e sentar com eles para trazer para vocês. Aí a gestão fica à disposição de vocês. O que nós encaminhamos é de acordo com o que a lei nos manda. Os pormenores, o desdobramento por área, por metas cabe a comissão chamar cada um. Os recursos de municípios, você responde? O

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

(Secretário Marcos) acho que pode responder melhor que eu sobre recursos e municípios, mas (Carlos).

M: Não está aqui.

Valdik: Vamos por etapas. Recursos de municípios tem duas situações. De cabeça, que eu me lembre, ficaram quatro milhões não pagos. Esses quatro não ficaram nem inscritos em restos a pagar, não era uma despesa tida como obrigatória, que não tinha lei, não tinha nada na regulamentação, era um incentivo. Só um minutinho, é uma transferência voluntária. A partir do ano passado, em dezembro, foi criada uma lei que estipula em até um0% o repasse. Esses quatro já foram pagos, o (Secretário Marcos), por favor, me corrija se eu estiver errado, mas na totalidade já foi pago. Onde aparece? Ele vai aparecer aqui dentro do orçamento. Vocês viram que tiveram suplementações ali, de 770 para 840, tivemos 70 milhões de suplementação. Só um minutinho, (Carlos)... dentro dessa suplementação, parte foi para...

Carlos: (Valdik), deixa eu só colocação para você, eu concordo contigo que precisava de uma lei para regulamentar os repasses, para não ficar o que está acontecendo. Eu sou amigo do prefeito da (Barra do Bugre), ponho um00 mil. Aí eu sou inimigo do prefeito de (Cuiabá), eu ponho 20 mil, era isso que existia. Hoje não tem mais. Depois com a lei...

Presidente João: Conselheiro...

Carlos: Não, só um instantinho. O que acontece? Aqueles quatro milhões fizeram parte de um orçamento do (PTA) desde o ano passado, de dois0umum, porque ele veio no (PTA), então ele tinha que aparecer em uma caixinha restos a pagar, que é o que a lei complementar diz, a 141. Então se for desta forma, e aí eu já vou fazer um encaminhamento para o próximo momento e para que os conselheiros fiquem alerta, no (PTA) deste ano os hospitais regionais não constam do organograma, então eu solicito que este conselho aprove a hora que for tratar o (PTA) os umsete0 milhões que tem lá para atenção básica à saúde, porque a secretaria no dia um0 de julho não colocou os hospitais como físico da secretaria, porque as (OSs) só têm a gestão. Então se o dinheiro está lá, acabou, não vai mais o dinheiro para lá. (PTA) daqui a pouco.

Presidente João: (Conselheira Elisabete), por favor. Conselheiros, conselheiras, por favor. (Conselheira Ana), (Conselheira Elisabete) com a palavra.

Elisabete: Uma questão de ordem, (Elisabete), da (Federação das Santas Casas). Nós fizemos aqui uma reunião a respeito dos conselheiros que estariam nas devidas comissões. Eu quero uma informação, porque eu não recebi isso. Essas comissões já foram regularizadas? Se não foram, como nós podemos contar com essas comissões para poder analisar isso ou serão as comissões que já existiam previamente?

Presidente João: As comissões foram compostas? Não foram publicadas ainda, exatamente. Fechando a pauta, conselheiros e conselheiras, já foram recompostas e agora a publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Elisabete: A minha pergunta é se elas já foram regularizadas, ou seja, já foram publicadas? É isso que eu perguntei.

Presidente João: Ainda não.

Elisabete: Então significa que aquelas comissões que foram discutidas e eleitas aqui ainda não são regulares.

Presidente João: Exato, isso.

F: Só questão de esclarecimento, ainda tem comissões em aberto que ficaram de fazer aquela análise para trazer na reunião de hoje e que a gente não pode fazer essa revisão hoje.

Presidente João: É que não veio.

Elisabete: E isso fica só sendo adiado e não existem as comissões a rigor.

F: Presidente, na reunião passada também ficou de o governo apresentar os membros nas comissões. Eu não consegui falar com todos os representantes de governo, até com o conselheiro eu consegui falar hoje, e como nós tínhamos um prazo para encaminhar o conselho, que o conselho nos notificou para encaminhar o nome desses conselheiros, nós fomos mais ou menos por área afirmando dizendo, "conselheiro tal, comissão tal". Hoje eu ainda disse para (Nil), "(Nil)", nós tínhamos que conversar com os conselheiros do governo para ver se eles vão permanecer nessa comissão ou se querem mudar de comissão na qual se adapte que tenha mais afinidade para fazer essa publicação desses membros representantes do estado". Estou falando de representante de estado.

Ambrósio: Questão de ordem, o assunto específico que nós estamos tratando é apreciação e avaliação do quarto trimestre. Por gentileza, eu gostaria de retornar ao assunto.

Elisabete: (Conselheiro Ambrósio), presidente, questão de ordem. Só que quando nós citamos as comissões, conselheiros, como nosso colega (Valdik) colocou, nós precisamos estar com as comissões legalizadas para dar resposta. Então a (Conselheira Elisabete) está coberta de razão e está incluso sim nesse assunto.

Presidente João: Como existe a (Comissão de Orçamento e Planejamento) e ela ficou responsável por aprofundar a questão do...

F: Não publicou.

Presidente João: A (Comissão de Orçamento e Planejamento) não está composta?

Elisabete: Eu sou da nova comissão, meu nome foi apresentado, mas não foi publicado, então não me considero dela.

Presidente João: Com relação a essa pauta específica, eu ia fazer o encaminhamento de que a (Comissão de Orçamento e Planejamento) fizesse o relatório recomendando e apontando tudo que foi discutido aqui para a gestão com relação ao (RAG) que no ano que vem virá para aprovação. Se não é

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

possível, precisa então pelo menos encaminhar a ata do (Conselho Estadual de Saúde) aqui, depois da aprovação para a gestão, porque não basta a gente dizer isso, isso e isso, a gestão precisa tomar ciência oficial das recomendações, dos apontamentos para que ela direcione as ações para o caminho correto que está dentro da (LOA). Então é isso que eu quero encaminhar e a gente precisa ter um encaminhamento em relação a essa pauta.

Elisabete: Senhor presidente, questão de ordem, como o técnico apresentou, orientou o (Conselheiro Edvande) da participação da solicitação dessas comissões para que chame a área técnica, a (Comissão de Orçamento e Planejamento) não pode assumir tudo.

Presidente João: Mas a gente precisa sair com um parecer de análise do (RAG).

Orlando: Deixa eu só fazer um encaminhamento, presidente, e aí eu peço compreensão dos dois companheiros da comissão, porque nós estamos pelo menos em tres na comissão. Compreensão do (Conselheiro Edvande) e da (Conselheira Ana). Veja bem, o que eu colocava anteriormente? Esse pleno precisa aprovar uma resolução para que a comissão devolva para as áreas o que está informado do (RAG) no sistema, por exemplo, estou com o quadro do (CIOPS), do demonstrativo que ele está zerado, ele não tem informação. O que eles alegam através de um ofício que foi encaminhado? Que eles precisam alimentar o sistema. Quem vai alimentar o sistema? (SEPLAN), (Secretaria de Saúde) e principalmente a (Secretaria de Fazenda). Do que nós precisamos aqui? Que o pleno aprove essa resolução que autoriza a comissão a devolver essas informações, (Edvande), não de dois0umdois, de dois0umum para eles alimentarem as informações. O pleno pode até dar um prazo, por que não? Eu estava conversando agora também com o (Ambrósio). A partir do momento que o pleno aprova através de resolução que a comissão devolve esse relato no sistema para as áreas, eles vão alimentar essas informações, aí nós vamos dizer que estamos em condições de avaliar tanto o quadrimestre de dois0umdois e o quadrimestre de dois0umtres para trazer o parecer para o pleno. Entendido? Principalmente os dois companheiros da comissão, entenderam?

Presidente João: Entenderam, conselheiros e conselheiras? Nós precisamos sair com um direcionamento aqui para não ficar vazia a discussão e sem direcionamento de gestão. Pode ser o encaminhamento do (Conselheiro Orlando)? Que saia com a resolução do pleno autorizando a (Comissão de Orçamento e Planejamento) do (RAG) para as áreas técnicas fazerem alimentação? Pode ser assim? Esclarecidos? Em regime de votação, quem concorda permaneça como está. Quem não concorda, se manifeste. Abstenções? Aprovada a resolução de encaminhamento do (Conselheiro Orlando). Próximo ponto de pauta, discussão e deliberação sobre a garantia de recursos financeiros para o segundo momento presencial do curso (Qualiconselhos), (Comissão de Capacitação de Conselheiro) para fazer a

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

apresentação e discussão. Saiu quem? Quem ficou responsável por esse ponto de pauta para iniciar a apresentação?

F: É a (Gisele). A escola tem que primeiro vir aqui fazer a sua consideração.

Presidente João: Inversão, vamos passar para o próximo ponto enquanto vem... a (Marta) pode ser?

M: Vai tratar do (PTA), aí eles não vão conseguir apresentar essa parte. Vamos esperar dois minutinhos? Porque a hora que entrar no (PTA)...

Presidente João: Ela já está chegando, é melhor a gente voltar a esse ponto.

M: Nós precisamos discutir, não tem o segundo momento da primeira parte, até agora não tem dinheiro.

Edvande: (João Dourado), vamos passar para a próxima.

Presidente João: Não é possível?

M: Não, está vindo.

Presidente João: Discussão e deliberação sobre garantia de recursos financeiros para o segundo momento presencial do (Qualiconselhos). Com a palavra, um0 minutos para ti.

Gisele: Boa tarde a todos. Meu nome é (Gisele), eu trabalho aqui na escola e atuei como coordenadora pedagógica de dois turmas do curso de ativação para a prática do controle social, que é um curso que foi desenvolvido pela (Fundação Osvaldo Cruz) em parceria com a escola. Então eu vou apresentar aqui para vocês o relatório final, que é o que me foi pedido, apresentar o relatório final do curso em relação à situação acadêmica dos alunos, é um relatório quantitativo, não é um relatório qualitativo em que a gente avalia material didático, enfim, é um relatório quantitativo que apresenta a quantidade de alunos que começaram, a evasão, enfim. O curso teve início no dia trezes de maio de 2013 e ele se encerrou com as atividades no ambiente virtual de aprendizagem no dia dois9/0sete/dois0umtres. Ele não é um curso de formação, é um curso de ativação, ou seja, ele não tinha um caráter de formação mais denso, era um curso que pretendia ativar a prática do controle social, o nome do curso mesmo era esse.

Edvande: (Gisele), eu não estou entendendo, porque aqui no 3.3 está pedindo discussão e deliberação sobre garantia de recursos financeiros para segundo momento presencial...

F: Vai chegar lá.

Edvande: Mas não fala de relatório. Eu estou dizendo que aqui não fala de relatório, fala de recurso. Estou dizendo que escreve mal, porque está apresentação no relatório e continuidade, porque aqui fala de recurso e apresenta relatório.

Gisele: (Conselheiro Edvande), são quatro páginas, aliás, é super sucinto, em menos de um0 minutos eu vou concluir, aí a gente abre para essa questão. Bom, em (Mato Grosso), já vamos para a parte quantitativa, nós tivemos um

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

total de 325 inscritos no curso, mas que participaram do momento presencial que aconteceu dia treze e quatorze de maio deste ano, apenas 157 vieram para esse primeiro momento presencial. A gente atribui essa diferença numérica porque, como vocês sabem, as inscrições para esse curso tiveram início ano passado e o edital de inscrição de aluno foi sendo prorrogado de setembro de dois0umdois até fevereiro de dois0umtres. Então nesse lapso de tempo muita gente que se inscreveu já não fazia mais parte do conselho, porque teve mudança na gestão municipal também. Então muita gente que tinha interesse em dois0umdois, em dois0umtres já não tinha mais, aí a gente teve essa perda. Matrículas recusadas, ou seja, alunos que nunca entraram em um ambiente virtual de aprendizagem, foram 9sete alunos. Matrículas automaticamente canceladas. São alunos que entraram na plataforma, acessaram algum tipo de conteúdo, mas nunca participaram de nenhuma atividade. Nós tivemos tres6 alunos nessa condição. Alunos que entraram na plataforma, participaram de atividades, eram quatro unidades de aprendizagem, mas que não prosseguiram no curso. Isso aqui conta como evasão, foram tres8 alunos. Que foram aprovados, ou seja, que participaram das quatro unidades de aprendizagem, que era um pré-requisito para a conclusão do curso, digamos assim, era que os alunos lessem o material didático, assistissem à minissérie e postassem comentários nas quatro unidades de aprendizagem. Então foram cento e cinquenta e quatro alunos que estivera nessa condição. Aí eu ressalto para vocês que esse é um número bastante significativo, porque em outros estados que a gente tem acompanhado pelo relatório final de outros estados, geralmente são 70 (setenta), bem abaixo de 100(cem) e a gente conseguiu um número bem significativo. Se vocês prestarem atenção, de cento e cinquenta e sete que vieram no momento presencial, a gente tem aqui cento e cinquenta e quatro que concluíram o curso. Então é realmente bem significativo isso. Bom, aí tem a descrição do relatório quantitativo, aí a gente apresenta aqui uma tabela em (Excel) em dados percentuais. 48,tres% iniciaram o curso, dos trezentos e vinte e cinco inscritos. Vinte quatro, 4% abandonaram o curso, isso aqui conta como evasão. E perda total do curso, ou seja, é essa diferença entre número de inscritos e alunos que não aderiram à proposta do curso e que nunca entraram no (site), no (AVA), no (Ambiente Virtual de Aprendizagem), 40,9% destes alunos. Então esses são os dados gerais e aqui por turmas. Então é importante ressaltar que o curso foi concluído em julho deste ano, dia dois9 de julho foi concluído com suas atividades no ambiente virtual de aprendizagem e foi disponibilizado aos alunos um link de acesso a uma pesquisa avaliativa. Essa pesquisa avaliativa ainda está aberta e é responsabilidade da coordenação nacional do curso, da (ESP), da (Fiocruz) a tabulação dos dados e avaliação dos dados e a gente está aguardando ainda a disponibilidade desse resultado dessa pesquisa avaliativa, que é a última atividade do curso. Então o curso foi concluído em julho, na metade desse processo nós apresentamos um relatório de monitoramento do curso em uma reunião que aconteceu em meados de junho mais ou menos para a (Comissão de Educação Permanente) aqui do conselho estadual, e nesse relatório a gente detalhou, é uma avaliação bem sucinta em relação a dados mais qualitativos, avaliação do material didático,

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

das dificuldades operacionais do (site), enfim. E aí é isso que a gente está colocando. Como desdobramento dessa atividade a gente está propondo aqui pela (Escola de Saúde Pública) a constituição de um grupo gestor da escola junto com o conselho estadual para poder avaliar os próximos passos e propor uma estratégia de qualificação de conselheiros de forma presencial e avaliando conjuntamente as atividades desse curso junto com o conselho estadual. Então nós tivemos uma reunião e nela nos foi colocado que as comissões estavam sendo recompostas aqui pelo conselho estadual e quão logo houvesse a recomposição das comissões, o conselho estadual enviaria pra gente o nome desses novos conselheiros da (Comissão de Educação Permanente) para a gente dar sequência a essa atividade, que a gente acha que realmente é necessário dar continuidade de forma presencial avaliando materiais didáticos, enfim. Acho que é isso. Se a (Marta) quiser colocar alguma coisa?

F: Só um questão, eu faço parte da comissão e eu gostaria que a (Marta), como diretora da escola, colocasse a sua dificuldade na conclusão desse segundo momento, porque o que nós estamos colocando é a questão financeira, que nós não estamos tendo essa questão financeira. Eu gostaria que a (Marta) fizesse uma colocação a respeito disso que o (Edvande) está questionando, o porquê do recurso.

Presidente João: Conselheira, só para esclarecimento, porque a pauta está aqui e ela diz o seguinte, não sei se foi construída de maneira correta, "discussão e deliberação sobre a garantia de recursos financeiros para o segundo momento". Que na realidade a (Gisele) fez uma apresentação de relatório das ações que já foram executadas, mas precisamos esclarecer, (Marta), quanto de fato precisamos para que nós possamos deliberar para a execução desse segundo momento.

Marta: Esse segundo momento presencial nós fizemos uma avaliação e todos os membros que ele não necessariamente seja agora, ele pode ser até ano que vem, mas o que pega não acho que é tanto a questão financeira como falta de contrato da secretaria de suporte e logística, de alimentação e hospedagem, porque foi assinado um agora, mas muito pequeno, com dois.000 refeições. dois000 refeições com várias demandas da secretaria e da escola, já está acabando. E pra gente reunir, nós temos que reunir pelo menos desses umcinco0 alunos que concluíram, a gente tem que ter pelo menos sete0% desses alunos em um segundo momento presencial pra gente discutir tudo, o que inviabiliza traze-los até aqui. Então a questão do recurso financeiro eu tenho certeza que está dentro da (Superintendência de Política) dentro dos recursos do (Participa SUS). Então no momento que a gente tivesse um contrato, a gente solicitaria para (Políticas) para o financiamento dessas ações e eu acho que não teria problema nenhum, que é bem claro para que veio o dinheiro e para que serve. Então eu acho que isso não é o problema, o problema é falta de contrato de uma ata que dê suporte logístico de hospedagem e de alimentação que a que foi assinado só com dois.000 alimentações e já foram quase consumidas todas, não vai dar pra gente atender isso daqui, mas isso não descarta a possibilidade de a gente fazer essa avaliação posteriormente. Eu acho que até o encaminhamento que esse

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

grupo gestor pode fazer durante essas discussões, como será isso, em que época e tal, porque esse grupo gestor da construção da política de educação permanente da formação de conselheiros, de qualificação dos conselheiros está sendo constituído, já tivemos reuniões e ele vai a frente com todas essas discussões. Acho que a questão do dinheiro não é tão agravante quanto a questão da falta de contrato.

Presidente João: (Conselheiro Carlos), depois o (Conselheiro Orlando).

Carlos: (Marta), a situação é difícil. O conselho estadual não tem nem a água, nem o carro para trazer o conselheiro mais. Então a pergunta é bem simples, qual foi o custo, onde está de acordo com a lei da transparência pública quanto cada pessoa responsável pelas disciplinas recebeu. Nós temos que colocar isso na página, é o que está no artigo segundo da lei 15227. Não está, vou continuar batendo na lei da transparência. Segundo, como fechou o primeiro curso se não teve o segundo momento presencial? Porque lá na proposta eram dois. E eu vou dizer por que eu abandonei, porque o sistema da (Fiocruz) não trabalha depois das sete horas da noite, ele é um funcionário público das sete da manhã às sete da noite, às três da manhã ele não trabalha. Eu tenho excesso de perguntas nesse programa às três da manhã. (Servidor forbidden) [02:50:08], fora do ar, fora do ar e não respondia. Aí eu falei, "(Rose), eu não gosto de trabalhar sete da noite, sete da noite eu gosto de assistir (Jornal Nacional), novela, gosto de trabalhar às três da manhã".

Elisabete: Pela ordem, eu mesma respondi mais de uma vez depois da meia noite e estava em (Cuiabá).

Carlos: Então deu sorte, porque na minha casa eu tenho três computadores e não consegui.

Presidente João: (Elisabete), vamos garantir a fala dos conselheiros, por favor.

Carlos: Desculpe, mas eu tenho os e-mails da minha casa que a (Fiocruz) nem respondeu perguntando por que o sistema não funcionava às três horas da manhã ou às quatro. Eu tenho e-mail, então se o sistema é (online), é para ele funcionar duas, quatro horas. É o que nós estamos discutindo em uma outra reunião, vai colocar o sistema (online) para o (Mato Grosso) inteiro? Qual é a garantia que a (Escola de Saúde Pública) vai ter? O gerador 24 horas para o sistema funcionar, um computador de reserva, um servidor se der pau naquele servidor, na aceção da palavra, se der pau nesse computador, de que forma faz a interligação para o próximo continuar funcionando? Eu andei no interior e o pessoal me perguntando, "professor, vai finalizar o curso ou não?". Infelizmente nós não temos recurso para finalizar o curso, a não ser que vocês paguem do bolso, se vocês pagarem hospedagem e alimentação. Então o que eu gostaria de garantir é qual foi o custo anterior, quanto nós precisamos para que a gente possa deliberar. Eu não sou contra, mas eu preciso saber quanto vai custar o próximo, cem mil, duzentos mil? Aí este conselho vai garantir que esse dinheiro venha, se é rubrica, suplementação, porque a nossa receita cresce, menos para a saúde, só para a (Copa), não inaugura nada. Então o que eu gostaria de ver era isso e se a falta de contrato, ainda bem que não deu

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

escândalo no contrato da alimentação como deu na educação, não é, (Orlando). Salmão é mais barato que pintado. Só isso, concluindo.

Orlando: (Orlando), (Sintep), segmento usuário. Mas o que me chamou atenção em parte de aplicação de recurso e tal, acho que o (Carlinhos) acabou me contemplando, mas o que me chamou atenção até porque também entra no objetivo e nas diretrizes do (Ministério da Saúde) também é o índice baixo de participação. Porque se nós temos enquanto conselho nacional, conselho municipal, conselho estadual de saúde nós cobramos as diretrizes nacionais e no estado e no município, ou seja, as metas, que nos índices, eu estava vendo lá até questão de coisas simples, de escovação que nós não conseguimos atingir a meta do nacional, mas nós também enquanto conselheiros temos que ter essa questão sobre as metas e principalmente do baixo índice de participação. O (Carlinhos) já colocou inclusive o porquê ele desistiu. Eu, por exemplo, não me inscrevi e estou verificando que está mais caracterizada ali a participação negativa e também está mais caracterizada a não participação. Ou seja, isso para nós enquanto conselho é uma abordagem que está na ordem do dia de forma negativa, então é isso que eu queria aqui me manifestar.

Presidente João: Ok, conselheiro. (Conselheira Marivanda).

Marivanda: (Conselheira Marivanda), representante do (CRMV), segmento trabalhador. Eu queria fazer algumas considerações. Primeiro, parabenizar a escola pela audácia que ela teve, porque isso é uma audácia mesmo de fazer um curso nesse porte à distância. As dificuldades foram grandes? Foram. Primeiro é a prática, o exercício de se fazer esse contato (online), de entrar em contato com o computador, foi até bom, porque fez com que os conselheiros tomassem consciência de que eles têm um computador para isso, que o (Ministério) disponibilizou através do (SUS) para eles um computador para que eles pudessem se capacitar de forma (online), que não precisasse estar aqui a todo momento para fazer isso. E é triste ver que muitas pessoas inclusive deste conselho não participaram. Aqui nesse conselho foram quatro pessoas que participaram. De tres0, nós fomos quatro que nos inscrevemos para isso, para essa qualificação. Isso é triste. E também ver que a questão da desistência não foi por mérito de desqualificação do curso, foi porque as pessoas não tinham experimentado esse tipo de exercício. A gente tem que experimentar, a gente tem que fazer esse experimento. Se ele foi bom ou não, para mim teve muito momento negativo que eu também não consegui entrar. Infelizmente o nosso sistema (3G), (4G), a internet é uma coisa fantástica, uma hora ela está boa, outra hora ela está péssima, mais péssima do que boa, e isso também desmotiva, porque se você toda hora tenta acessar o sistema e não consegue, ele te leva a uma desacreditação, desmotivação de continuar. Mas foi bom, porque muita gente persistiu. umcincosete pessoas persistiram, conseguiram fazer suas demandas de intervenção no curso e conseguiram ir para frente, valorizaram aquilo que lhes foi disponível de graça. De graça não, que foi disponível dentro de um gasto que eu vejo que foi desqualificado, presidente. Entendeu, presidente? Então eu acho que a gente tem que rever os nossos valores dentro desse conselho. E que conselho vai ter competência para exigir qualificação dentro de um contexto que não participa.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Presidente João: Concluindo, conselheira.

Marivanda: Eu estou concluindo. Quando as coisas começam a piorar, a gente tem que concluir. Então eu vejo que dentro de um contexto eu parabenizo a escola pela audácia, eu parabenizo o resultado, porque ele foi sim efetivo e eu gostaria só de fazer uma chamada na gestão, porque quando se abre uma ata de licitação de um serviço e que essa gestão não consegue efetivar um planejamento, caramba, esse troço não caiu do céu, isso foi colocado no (PTA). Será que não conseguiram mensurar o quantitativo de refeições necessárias para desenvolver as ações? Será que não conseguiram? Gente, vai ter que aparecer o recurso para completar esse segundo momento. É triste, é triste ver que não se conclui um curso, um segundo encontro porque não tem alimentação. Isso tem que ir para a mídia, isso tem que ir para os jornais. Tem que ir para o jornal uma coisa dessas, uma vergonha não ter 157(cento e cinquenta e sete) itens de alimentação, que sejam marmitex e hospedagem para fazer um curso. Então isso é desrespeitoso para com todos os que fizeram esse curso.

Ana: (Ana Boabaid), representando o (Neon). Diante de tudo que foi falado, fui contemplada em algumas falas, mas eu queria ressaltar a coragem da (Escola de Saúde Pública) que começou, tentou, abriu inscrição, fechou e com isso ficou realmente prejudicadas as inscrições diante do tempo, que não podia mais fazer inscrição, aí reabriu, que todos lembram. Eu fui um das contempladas, inclusive eu tinha me inscrito pelo conselho estadual, mas aí a (Alzirinha) estava recém-chegada e eu, não que eu entenda muito de controle social, mas quis dar a prioridade para a suplência e em seguida fui contemplada também, porque estavam sobrando vagas. Mas em seguida viajamos pelo monitoramento, a gente vê que no monitoramento todas as reuniões de conselho o primeiro pedido dos conselheiros é que tenha capacitação. Inclusive esse conselho aqui deveria ser inteirinho capacitado, porque nós não temos conhecimento necessário. Depois dessa capacitação de conselheiros, eu e a (Marivanda) sentamos com a propositura junto à (Comissão de Monitoramento) de fazer uma nova metodologia após esse curso, justamente quando a gente viu, reviu a setecinto08, que é um decreto que vem normatizando a 8080. Então tivemos grandes aprendizados. Lógico, tem falha. A eletricidade ainda nos dá falhas, abaixo de Deus está a eletricidade e o dinheiro, aí nós esbarramos no dinheiro, que eu estou falando que a resolutividade está aqui do meu lado direito, sentada, que pode nos dar uma deliberação ou encaminhamento como nós vamos terminar esse curso para este pleno não ficar envergonhado e a escola não ficar desmoralizada, porque foi um curso que teve um chamado estadual, foi mobilizado pelo conselho estadual e pela escola e agora não tem fim. Fica difícil. Então eu convoco o senhor enquanto secretário para dar uma resolutividade pra gente, um encaminhamento nessa pauta.

F: Senhor presidente, eu também quero fazer uma fala.

Ambrósio: Eu tive que me ausentar, mas retornei. Primeiro, queria parabenizar a (Fiocruz), a escola que cumpre bem o papel dela, a comissão que está para

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

trabalhar essa situação, que é a formação dos conselheiros. Eu queria ver no quadro quantos usuários foram qualificados nessa situação, não sei se você tem essas informações? Porém eu acho que a comissão tem que fazer um (lobby) [0tres:0dois:0sete] juntamente com a ordenadora de despesa. Secretário, chama o secretário lá no conselho.

F: Ele está aqui.

Ambrósio: Mas ele não é ordenador de despesa. Ordenador de despesa é o (Secretário Amauri). Mas pode ser um dos adjuntos. Ou então observarmos, (Nil), junto ao nosso próprio orçamento a execução em função de que nós tivemos tres meses de não fazer o (PTM). Então averiguar isso aqui e pedir para fazer uma transferência de recursos para essa situação.

F: (Inint) [0tres:0dois:cinco9].

Ambrósio: Mas não são questões de recursos? Pode conseguir um recurso.

Presidente João: Vamos garantir a palavra do conselheiro, por favor.

Ambrósio: Só para observar se isso é possível. Primeiro o ordenador de despesas, fazer um (lobby) [03:03:21] com ele diretamente para colocar a necessidade, e isso é fundamental para nós, porque é o fortalecimento do controle social, e segundo é observar no nosso próprio orçamento se tem ainda a possibilidade de fazer um remanejamento para essa situação. Só isso.

Benedito: (Conselheiro Benedito), (COREN). Praticamente dentre as falas dos companheiros fui contemplado, mas o que deixa um pouco não é chateado, mas aborrecido de ver que se senta o plenário do conselho para discutir junto das comissões, as comissões apresentam e a gente observa que deveria ter, dentro de tudo isso aí, um planejamento dentro de um orçamento. Dentro do orçamento aconteceu o planejamento, questões que devem seguir, por exemplo, a (Escola de Saúde Pública). Em primeiro lugar, parabéns pela elaboração, pela apresentação dos técnicos. E observar, (Ana Boabaid), que de repente a coordenadora ou a diretora diz que não é problema de financiamento. Mas espera aí, mas por que então está faltando, não tem condução, não tem isso, não tem água? Alguma coisa está errada. (Ambrósio), esse negócio de fazer (lobby) [03:04:57] com o ordenador de despesa, me desculpe, quando se tem organização que é o planejamento dentro do orçamento, para que fazer (lobby) [0tres:0cinco:09]? É planejar e executar. Imagino que deveria ser assim, se não é, está errado. Se alguém quiser entender, quem é da área de contábeis e olhar quatrotresdois0 está bem claro. Então tem que estudar, tem que ver, tem que observar tudo isso para saber o que fala, como fala, para quem fala e do que se fala. Porque quando se apresenta isso, isso é planejamento. Agora, é exequível ou não? Dá a entender que não. Chega no meio do caminho o (Carlinhos) para, outro para, o número que você tem de inscritos fica impossibilitado de acompanhar por vários motivos. Então eu quero encerrar dizendo o que eu observei em tudo isso dentro da minha ignorância, do meu conhecimento, parece que faltou planejamento, se não é, parece que faltou orçamento, e se tem orçamento, não tem planejamento e assim vice-versa. Como você falou, (Ana), o ordenador de

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

despesas está ao seu lado, então representando por que não dizer o secretário, o governador como ordenador de despesas, eu acho que nós temos que atentar muito a isso, porque nós somos de um conselho estadual de saúde, nós estamos aqui no pleno do conselho estadual aprovando ou não, tomando decisões e de repente fica o conselho com a cara de pau, (Ana). Como fica o conselho, ele poderá ser cobrado perante até os municípios e os conselhos municipais. Cadê o conselho estadual, cadê a moral do conselho estadual? O que ele está fazendo? E aí é claro, a 141 nós também temos que atentar para ela. E o que nós estamos fazendo aqui é atentando para 141. Nós temos que fiscalizar, acompanhar tudo que está acontecendo, esse é o papel do (Conselho Estadual de Saúde). Me desculpe, eu posso estar bastante equivocado, mas acho que não foi um 00% o meu equivoco perante o que foi apresentado e o que está acontecendo.

Marlene: Eu quero fazer uns esclarecimentos, eu até falei para o (Conselheiro Carlinhos), eu acho que a gente está apanhando sem ter feito nenhuma arte. Assim, quando se fez a proposta para que os conselheiros se reunissem nessa escola de saúde para cá eu fiz uma exigência à (Marta), mas essa exigência se estendeu a mim, ao (Secretário Marcos), ao (Secretário Amauri). Eu disse, "em nenhum momento se pode faltar nada aqui para o conselheiro, inclusive o cafezinho". Hoje eu disse, e a água sempre está disponível na (Secretaria de Estado da Saúde), "(Marta), não tem água no garrafão e não tem água de copinho, que a gente traz inclusive água de copinho para cá". Se não tem é porque algum setor aqui da (Marta), que eu não sei qual setor teria que cuidar disso, não solicitou, mas estava no setor e trouxe aqui. Então não falta essa questão de água, conselheiro. Eu vou pedir desculpa para o senhor, (Secretário Marcos), nós temos um bom relacionamento, a gente senta, discute o que nós vamos fazer, como vamos encaminhar. Não chegou para nós nenhuma solicitação para dar continuidade, desculpe também, (Marta), pelo que eu estou fazendo, para dar continuidade nesse segundo curso aqui. Se tivesse chegado quanto custa esse curso, com certeza eu teria sentado com o (Secretário Marcos) e nós temos como viabilizar, porque recurso nós temos seja na (Superintendência de Política) como na própria escola tem fonte 112, que a gente teria que buscar isso. Quanto à questão da alimentação, a gente poderia sentar com o secretário, lá nós somos em tres, sentar, discutir e viabilizar isso, mas não chegou para nós essa proposta de como encaminhar e fazer isso aqui. Então nós não sabemos disso. Estou errada, (Marcos)? Não foi encaminhado para a (SES Central), o (Secretário Marcos) não tem conhecimento e eu também não tenho esse conhecimento. Então nós precisaríamos ser provocados no termo jurídico até pra gente viabilizar isso, mas em nenhum momento a gente está negando esse segundo momento para o conselho aqui. Eu vou ver junto com a (Marta), com o secretário, até vamos orçar isso e sentar com o secretário para ver a possibilidade da execução disso ainda esse ano. Aí eu quero que vocês acompanhem o planejamento desse projeto que você vai fazer de quanto é para custar isso aqui, eu sei a ponderação da (Marta), estava querendo otimizar isso ano que vem, que ela já faria junto com um novo curso para os conselheiros, ela na verdade quis

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

otimizar, mas se for essa necessidade, ela senta, a gente senta, faz a proposta, a gente senta com o (Secretário Marcos) para ver a possibilidade. De onde vai sair o recurso é o que menos importa. Sendo legal e sendo viável, a gente tenta viabilizar. E até a questão da alimentação. Mas não precisam ficar assim, eu fiquei até constrangida agora, mas eu não tinha nada na minha mão dizendo que teria que ser assim. Desculpa, (Secretário Marcos), mas eu não te passei porque eu também não tinha isso.

F: (Marlene), só esclarecendo alguns equívocos. Neste curso na realidade ele teria o primeiro momento presencial. O segundo momento não existia dentro da metodologia do curso, foi uma necessidade apontada pelos alunos, que eles queriam participar do segundo momento presencial para fazer avaliação. Frente às condições, eu enquanto gestora entendo a gestão da secretaria, que não tinha nenhum contrato de alimentação da hospedagem. Não adiantava eu mandar um termo para você de suporte logístico solicitando que você ia me responder que no contrato não tinha sido assinado até aquela época. Então nós deixamos para que fosse um momento a gente fazer esse segundo momento presencial, mas a preocupação do conselho era no sentido, temos recursos financeiros para tal ou não? Eu falo, "temos", independente de eu saber onde está, mas eu sei que tem, porque tem portaria do (Ministério da Saúde) que traz o recurso e aponta que um das áreas é a questão do controle social na gestão pública.

Marlene: Entendi agora, (Marta), ela não encaminhou porque ela está dizendo que não estava dentro do planejamento, da metodologia do curso. Só pro questão de encaminhamento, eu não sei a importância que teria, desculpe o termo, não é importância, é a necessidade de fazer ele agora neste ano.

F: Agora, neste momento.

Marlene: Neste momento. Eu vou na linha da (Marta), para otimizar a gente poderia fazer esse segundo momento presencial que não está dentro da metodologia, a gente poderia fazer ano que vem.

F: Não fica, (Ana), porque a gente pode avaliar na hora que nós estivermos elaborando a do ano que vem, porque nós vamos tirar dos alunos as necessidades e os encaminhamentos.

Marivanda: Eu queria fazer um esclarecimento. Posso fazer um esclarecimento? Eu quero fazer um esclarecimento de equívoco. No primeiro momento lá no hotel fazenda foi colocado para todos os alunos que estavam presentes que haveria o segundo momento e que seria em setembro, final de setembro. Seria no final de setembro. Então na apresentação foi colocado que teria sim o segundo momento. Então se foi falado para os alunos que haveria o segundo momento, criamos essa expectativa desse encontro e que nós somos cobrados quando fazemos monitoramento desse segundo momento, então essa coisa não é equivocada e não foram os alunos que pediram, isso foi colocado pela própria escola no momento presencial no hotel fazenda. Então se tem alguma coisa errada, que essa gestão corrija, porque o que está sendo colocado aqui é que não tem a ata de forma suficiente para preencher essa

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

necessidade. E se vai haver um jeito, a gestão providencia esse jeito e execute esse segundo momento, porque foi criada essa expectativa e foi feito presencial na frente de todos os alunos que estavam lá.

Presidente João: Fechou?

F: (Marivanda), realmente foi colocado lá, mas eu acho que o importante você não gravou, porque nós falamos que se tivesse condições viáveis. Ainda expliquei que o primeiro momento nós fizemos com toda dificuldade, com todos os enfrentamentos financeiros, políticos e tudo e que o segundo momento, se fosse viável, a gente realizaria. Não prometemos que seria realizado. Eu tenho a fita gravada e trago para vocês ouvirem.

Marivanda: O que eu estou colocando é que, aparando essas arestas, se providencia o recurso. Já que está falando que tem o dinheiro, que tem o recurso, então vamos fazer, gente, é só isso, pronto, acabou.

Presidente João: Acho que para os conselheiros e conselheiras que presenciaram e discutiram, e aí até com a presença da gestão, me parece que falta agora só sentar e encaminhar para a gestão para fazer isso. E o conselho aguarda e vai acompanhar, nós vamos acompanhar que isso realmente aconteça de fato. Pode ser? Como nós estamos com o tempo praticamente no limite e a impossibilidade de discutir o próximo ponto de pauta, que fique para a próxima ordinária os demais pontos. E agora vou abrir para os informes e eu quero começar com um informe, quero informar aos conselheiros e conselheiras que na quarta-feira, dia 9, eu vou fazer uma cirurgia e estarei umcinco dias de licença, portanto não estarei na reunião extraordinária, mas, (Conselheira Elisabete), o suplente sempre na minha ausência é convocado, mas é importante, (Nil), comunicar o presidente com antecedência para que esteja presente. E também já comunicar ao secretário municipal de (Cuiabá), ao estadual e as áreas técnicas para a extraordinária dia 9, mandar com urgência para que eles possam se programar. Agora quem é o próximo inscrito para o informe? (Conselheiro Neuso) e depois (Conselheira Marivanda).

F: Só uma questão de ordem, presidente. Se esse conselho não tem interesse em discutir (ad referendum) [01:16:53] sendo que ele pode prorrogar por mais um tempo, a gente poderia prorrogar por mais um tempo e discutir justamente o (ad referendum) [0tres:umsete:0dois], que é uma importância que nós temos que fazer aqui nessa casa. Por que nós temos interesse em prorrogar algumas coisas a mais e não estamos tendo interesse em discutir esse (ad referendum) [03:17:13]? Vamos discutir esse (ad referendum) [0tres:umsete:umcinco], gente, pelo amor de Deus.

F: Questão de ordem, no regimento interno nós podemos pedir um tempo e votar. E esse (ad referendum) [03:17:22] é de muita importância para mim.

Presidente João: Só quero informar aos conselheiros e conselheiras que a nossa pauta não se esgota com o (ad referendum) [03:17:35]. Só informar que nós temos outras pautas.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

F: Eu não estou falando de esgotar, estou falando que é um assunto de interesse e de relevância.

Presidente João: Então sugira a prorrogação do tempo, conselheira.

F: Quem sugere prorrogação do tempo sou eu?

Presidente João: Sugira. Não, eu como presidente estou cumprindo o regimento interno encerrando a reunião extraordinária no horário regimental. Concorda que eu estou correta, conselheira?

F: Então estou solicitando prorrogação.

Presidente João: Eu como presidente, eu tenho que cumprir o regimento interno.

F: Ok. Ainda são 17:46.

Presidente João: Então eu estou sugerindo que seria inviável discutir.

F: Vamos sugerir então que prorrogue por mais meia hora para discutir o (ad referendum) [03:18:18].

Presidente João: Meia hora, a conselheira está sugerindo ao pleno do conselho a prorrogação por mais meia hora da reunião ordinária. Em regime de votação.

M: Encaminhamento de votação, senhor presidente. Com isso a reunião se estenderá até as dezoito horas e quinze minutos.

Presidente João: Não, dezoito e trinta. Conselheiro, eu falei que ia terminar um8 horas, comecei com os informes, que é uma pauta, o informe é uma pauta. Esgotando os informes, encerrava a sessão. Mas como está pedindo mais meia hora para esgotar a pauta, e aí a pauta...

F: Não é esgotar a pauta, é discutir a pauta do (ad referendum).

Presidente João: A reunião vai até dezoito e trinta, vai para discutir o (ad referendum) [03:19:19] e mais outra se estiver dentro do tempo.

Benedito: Senhor presidente, ainda estou em questão de ordem. Suspenderia em atenção à questão da companheira (Marivanda), suspenderiam agora os informes, agora às dezessete e trinta, dezessete e quarenta e cinco o começa o tempo que ela está pedindo de trinta minutos que iria até às dezessete e trinta e encerraria esse (ad referendum) [03:19:51]. Mas o senhor tem que colocar em votação se aceita suspender os informes e começar o (ad referendum) [03:19:59].

Presidente João: Conselheiro, a conselheira pediu questão de ordem para incluir a questão da prorrogação e eu vou colocar em votação a prorrogação do tempo para mais meia hora, pode ser?

Benedito: Sim, mas já suspendendo os informes. Suspenda os informes.

Presidente João: Não, se inclua a proposta da conselheira, a reunião vai até um8 e tres0, porque nós temos outras pautas.

F: Questão de ordem, gente, nós estamos gastando a meia hora.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

Presidente João: Exatamente, por isso eu estou dizendo, vou colocar em votação. Quem concorda com a prorrogação da reunião ordinária até um8 e tres0, por favor, se manifeste.

Benedito: E tem quórum suficiente?

Presidente João: Quem não concorda com a prorrogação do tempo, por favor, se manifeste. quatro. seis a favor. Abstenção? um abstenção. Então está prorrogada a reunião ordinária até as dezoito e trinta. Tem quórum para a discussão? Agora nós precisamos reafirmar o quórum.

F: Gente, esse (ad referendum) [03:21:31] é importante.

Presidente João: Confirmação de quórum. Ok, tem quórum, segundo a informação tem quórum. Então apresentação, discussão e deliberação sobre o (ad referendum) [03:22:01] que trata do plano de trabalho anual dois0umquatro da (CES). Quem vai fazer apresentação para discussão? Então em discussão o (ad referendum) [03:22:16]. (Conselheira Ana).

Ana: Bem, está escuro ali, gente. Esse (ad referendum) [03:22:27] na reunião passada ordinária veio para deliberar o (PTA) e não deu quórum infelizmente, extraordinária. Então eu não acho justo as instituições que estiveram presentes e as instituições que justificaram aceitarem um (ad referendum) [03:23:03] que não tenha colocado aqui as instituições presentes, tinha que estar esclarecida aqui, justificar as instituições que estiveram presentes, senão fica assim, essa questão de que a responsabilidade dos que vêm, dos que justificam e dos que não vêm, tudo no mesmo pacote. Não é justo. Então a minha instituição quer que coloque que a nossa instituição esteve presente, não é, (Alzirinha). Na ata registra?

Carlos: Não é discussão do (PTA), e sim o (ad referendum) [03:23:45], pelo que eu li aqui, a ausência de quórum. Por favor, a minha instituição, se for o caso eu faço por escrito. A ausência de quórum, estiveram presentes e em algum sentido tem que ter alguma palavra aqui que a nossa advogada pode colocar, "estiveram presentes na reunião dia tal as entidades tais. Como não houve quórum". Agora, se não quiser citar quem faltou, quem não faltou, quem justificou, isso é um problema que não é meu. Agora, eu acredito que o que a (Ana) colocou está certo, a publicação, primeiro a reforma da publicação, e depois eu quero discutir o (PTA), que eu já tenho o meu encaminhamento.

Elisabete: Eu só gostaria de colocar que foram marcadas dois reuniões em dois dias seguidos, eu, por exemplo, não vim, porque fica absolutamente impossível que se marque no final de dia para o outro dia uma reunião, é muito complicado. Então eu coloco aqui a minha indignação quanto à forma como isso foi feito.

Marivanda: (Conselheira Marivanda), representando o (CRMV). Enquanto representante do (CRMV) presente nessa reunião e presente também nos momentos presenciais de discussão do (PTA), eu coloco a indignação dessa ausência de quórum aqui, não me faço parte dessa ausência de quórum. É indigno o que esse conselho tem feito. Justamente no dia de se discutir o (PTA)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

não dar quórum, isso é muito complicado. Agora, as instituições que justificaram, tudo bem, justificaram que não puderam. Agora, aquelas que não justificaram, que não vieram, não se responsabilizaram por isso, elas têm que ter uma punição sim, tem que ter uma punição. Me desculpem, mas tem que ter. Porque a ausência dessa instituição que não se justificou causou justamente o (ad referendum) [0tres:dois6:tres9], ela foi a responsável por esse (ad referendum) [0tres:dois6:quatrodois]. E é injusto. Para quem teve, para quem participou dos dois momentos da discussão e que esse pleno estava vazio nesses dois dias de discussão do (PTA), vazio, e eu quero solicitar ao presidente deste conselho, à secretaria executiva desse conselho, cópia da folha do livro de frequência dos dois dias presenciais desse encontro que teve da discussão, do dia da reunião ordinária, porque eu quero levar isso ao (Ministério Público). Ou a gente leva à seriedade esse conselho ou, me desculpe, mas a gente vai ter que tomar uma decisão na vida. Não dá para brincarmos dessa forma. Me desculpe a palavra brincar, mas nós estamos lidando com vida de pessoas, estamos lidando com saúde e nós não estamos dignando de vir aqui para fazer presença para poder intervir em algumas situações. Quando eu vi esse (ad referendum) [03:27:59] aqui eu fiquei muito preocupada. Tem a lei 141 que nos cobra uma responsabilidade de controle, de fiscalização, de avaliação e nós não estamos cumprindo com nosso papel. Nós não estamos aqui fazendo aquilo que é de direito nosso fazer. Nós estamos representando a sociedade aqui dentro. Eu enquanto representante do (Conselho Regional de Medicina Veterinária) acredito que nós vamos tomar uma posição sim, porque isso não é digno, não concordo com esse (ad referendum) [0tres:dois8:quatrodois] porque, primeiro, também quero colocar que dentro de uma aprovação (ad referendum) [03:28:49] de um (PTA) de dois0umquatro onde eu tenho (Diário Oficial) em que destituem os hospitais regionais de um organograma e que é um valor de umcinco9 milhões de reais, por aí, quase dois mil, vamos colocar em umcinco0, dois00 mil reais de recurso público que deve então ser realinhado, porque já que eu tirei os hospitais regionais desta pasta da saúde, que não faz parte do organograma, ele tem que ser redimensionado e alguém vai ter que dar notícia de onde levaram esses hospitais regionais. É isso, eu não concordo com o (ad referendum) [03:29:33] porque esses umcinco9 milhões vão ter que ser redimensionados dentro de um outro fazer.

Ambrósio: Eu fico preocupado, estou preocupado, porque eu presidi a reunião anterior que convocou essa extraordinária, e no enteando eu também não compareci no dia em função, sendo franco, absolutamente franco como costume ser, que eu perdi a data. Então tenho também a minha responsabilidade tal como minha instituição tem. Teria que procurar uma situação jurídica em função da situação de não ter dado quórum para a deliberação naquele momento do (PTA). E esse (PTA) provavelmente algumas comissões tiveram discussão, fizeram algum redimensionamento do conteúdo. E aí nós também não temos acesso a esse conteúdo, acesso ao produto final da peça. Eu vejo com preocupação e aí que solução nós tomaríamos? Esse documento é oficial, não sei se caberia aqui a colocação das instituições

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

presentes em função de que também já existe outro documento formal, que é a ata aqui e infelizmente não está sendo confeccionada para que nós possamos aprovar a anterior, e isso deve ser solucionado para as próximas reuniões. Então qual a solução a tomar desse (ad referendum) [03:31:39]. Se ele foi trazido para cá para aprovação ou não. Eu estou nesse momento preocupado, bastante preocupado pelo atual estado.

Orlando: (Orlando), (Cintep), segmento usuário. Veja bem, primeiro não é a primeira vez que se aplica a letra H, me parece que é a letra H do regimento interno, sobre o (ad referendum) [0tres:tresdois:umdois]. Como tres0 de setembro é a data limite para que o executivo entregue para o legislativo, o que a gente tem de proposta de emenda não podemos ser coautores ou autores das emendas, nós podemos apresentar para a (Comissão Parlamentar de Saúde) e para a (Frente Parlamentar de Saúde) para que eles possam fazer o adendo dessas ementas. Eu conversei inclusive hoje, nós fizemos uma audiência na (Assembleia Legislativa) hoje sobre a questão da greve da educação e eu colocava inclusive da irresponsabilidade do governador e do secretário irem lá em (Rondonópolis) inaugurar as (UTIs), os dois0 leitos de (UTIs) em (Rondonópolis) da pediatria sendo que nem ordem de serviço tinha ainda para ser inaugurado, aí inclusive mentindo para a sociedade e mentindo para o próprio (Ministério Público), eu colocava isso no parlamento e colocava inclusive sobre a nossa questão da saúde em geral e que a responsabilidade da (Frente Parlamentar de Saúde) e da comissão de saúde da (Assembleia Legislativa) em acatar e se responsabilizar daquilo que a gente ainda vê como importante para a área da saúde, ou seja, tem ainda condição sim de a gente, além de se indignar dessa prática do (ad referendum) [0tres:trestres:quatrocinco] e levar para essa comissão e dizer que nós não vamos assinar isso aqui, mas isso é responsabilidade do controle social e que vocês têm que levar isso em consideração dos problemas da política de saúde do estado. Então é possível sim a gente encaminhar isso para o parlamento.

M: Uma questão de esclarecimento. O (PTA) foi entregue até o dia 31/08 na secretaria executiva? É só essa pergunta, o (PTA) foi entregue na secretaria executiva até o último dia de agosto? Foi cumprido prazo? Eu quero saber de quem é a responsabilidade, quero saber se foi entregue.

Presidente João: (Conselheira Marlene) e depois a (Conselheira Elisabete) para esclarecimento.

Marlene: Eu estou profundamente magoada, hoje eu saio deste conselho extremamente magoada. Nós cumprimos todos os nossos prazos, estamos dentro de uma legalidade. Esse troço, eu vou chamar de troço, não foi aprovado porque não teve quórum. E não confunda gestão com representante do estado. Se não estou eu, se não está o (Ednilson), não está o (Maurício) aqui não significa que só nós somos estado. Eu sou conselheira nova, mas se eu pudesse fazer uma moção de repúdio para os conselheiros que representam o estado, eu também faria aqui neste momento. Porque se eu não estou ou o (Maurício) não está, esses representantes teriam que estar. Como eu fico perante todos aqueles técnicos, até o (Secretário Marcos) aqui que

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

disponibilizou dois dias, ficamos aqui o dia inteiro fazendo um discurso, apresentando para vocês aqui para agora chegar a um resultado nada. Nós também temos uma personalidade, nós temos um brio a cumprir dentro da secretaria. Corremos tudo que foi possível. Está aqui o (Marcos), sentamos com o secretário, o secretário já falou horrores para nós dizendo que nós não tínhamos cumprido o prazo. Eu dizia, "secretário, nós estamos dentro da legalidade, cumprimos todos os prazos que foram necessários". Agora é nossa responsabilidade se foi feito (ad referendum) [03:36:11]. É o estado, é a secretaria, é o secretário, somos nós conselheiros representando o estado que somos culpados? Mais uma vez não aprovar (ad referendum) [03:36:22] e a população lá, o usuário do (SUS) quem vai sofrer. Mas nós, o estado nesse momento, eu posso falar com orgulho que nós cumprimos o nosso prazo. Posso falar e bater na mesa, agora eu quero resultado enquanto conselheira do estado.

Elisabete: Eu só fico um pouco ou bastante preocupada, porque os prazos para entregar tudo até três de agosto e levar para a assembleia até dia três de setembro. Foi marcada uma data que se discutiria o (PTA), que eu estava viajando, e de repente eu recebi um aviso que no outro dia também ia se discutir (PTA). Gente, nós somos conselheiros, mas nós trabalhamos também. Então outra vez eu fico me perguntando se isso não pode ser de alguma forma diferente. E essa é a minha pergunta.

Carlos: Presidente, deixa eu só fazer uma leitura da lei? Eu coloquei o pedido do prazo...

Presidente João: Conclua, (Conselheira Elisabete).

Carlos: Eu perguntei se o prazo foi estabelecido, agora eu quero fazer a pergunta que é o que está na lei. Foi feita audiência pública para apresentar o (PTA)?

Presidente João: (Conselheiro Carlos), vamos seguir aqui as inscrições. (Conselheira Ana).

Ana: Eu queria complementar aqui a (Conselheira Marlene), que ela enquanto conselheira pode sim fazer moção de repúdio. E colocar também quanto às representações, nós não estamos colocando chapéu na cabeça de ninguém, a não ser daqueles que não vieram, que têm que assumir que não vêm. E lembrar aos conselheiros que eu, por exemplo, sou titular do (Neon), mas eu não pude vir inclusive por problemas, que eu queria muito estar aqui, não pude estar, cheguei até a chegar a (Cuiabá), mas não cheguei até aqui e a minha suplente veio. Então nós não podemos esquecer da pessoa suplente, gente. Nós não conseguiremos nunca fechar a agenda desses 33 (trinta e três) conselheiros aqui em uma data só. Então nós temos, sim, que estar com nossos suplentes, são mais cabeças pensantes, são mais deliberações, são maiores representatividades, mas eu insisto em colocar, insisti muito em colocar esse momento dessa discussão aqui do (ad referendum) [03:36:29] por várias questões, inclusive porque nós temos uma lei que vamos responder por ela, que é a 141, nós temos a questão dos hospitais que

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

saíram e outras questões que (Ambrósio) fala que não viu, mas estão lá no conselho as discussões que nós sentamos com a área técnica, muitos conselheiros disponibilizaram seu tempo para discutir junto com esses trabalhadores também da gestão que se disponibilizaram a discutir, então foi feito um bom trabalho. Agora, só pra completar, senhor presidente, lembrar que a gestão, se tivesse vindo em massa, não teria tido esse (ad referendum) [03:40:09]. Colocar que não estamos culpando a gestão, porque aqui nós temos o interesse comum que se chama usuário. Nós não estamos ocupando a gestão, só estamos querendo que coloque os pingos nos is.

Presidente João: Eu só quero fazer um esclarecimento para os conselheiros e conselheiras para que fique claro que a posição do (ad referendum) [03:40:28] foi uma posição do conselho estadual. O presidente dentro da sua prerrogativa e aí o presidente fez isso porque em uma responsabilidade de analisar o (PTA) e não tendo quórum do pleno do conselho, o presidente como presidente do conselho emitiu um (ad referendum) [03:40:52] para garantir depois a tramitação da peça para a (Assembleia Legislativa). Isso significa que ainda cabe ao (Conselho Estadual de Saúde) aprofundar o debate em cima da peça orçamentária, homologar o (ad referendum) [03:41:16] ou não e recomendar ao (Poder Legislativo). Então a posição do (ad referendum) [03:41:22] não é do secretário de estado de saúde, e sim do presidente. E eu diria mais além, quem fosse o presidente da sessão, se fosse (João Dourado), (Mauri), se fosse (Marlene), se fosse (Ana) estaria dentro da legalidade de emitir o (ad referendum) [03:41:44] para garantir a tramitação disso diante de uma impossibilidade de não ter quórum. Portanto, conselheiros, não há necessidade de nós agora homologarmos ou não, nós podemos aprofundar o debate dentro do orçamento, da peça orçamentária, fazer o estudo e aí a gente definir recomendações ao (Poder Legislativo), que vai agora analisar a (LOA) e depois o que nós precisamos aqui é dizer, "presidente do conselho, você tomou atitude pertinente naquele momento em uma situação que não tinha quórum para não incorrer que esse conselho seja penalizado. Fez isso? Só que agora nós vamos aprofundar o debate, porque ainda tem tempo de fazer para que a (Assembleia Legislativa) receba nossa recomendação de aprofundar dentro da (LOA) que vai ser discutido". É para ficar claro que não foi o gestor que emitiu, foi o presidente do (Conselho Estadual de Saúde). Questão de ordem para a (Conselheira Marivanda).

Marivanda: A questão que nós estamos discutindo não é essa prerrogativa que o senhor está colocando. O que nós estamos discutindo aqui é a causa que levou ao (ad referendum) [03:43:10], que foi um descompromisso dos conselheiros desse conselho. O senhor me desculpa, mas foi isso.

Presidente João: Não procede, porque não é essa pauta que está aqui, eu leio a pauta. Conselheira, eu leio a pauta, "apresentação e discussão e deliberação do (ad referendum) [03:43:29]".

F: Discussão do (ad referendum) [03:43:31].

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

F: O (ad referendum) [03:43:34] se trata da falta de quórum. O senhor me desculpa, mas o que levou ao (ad referendum) [03:43:38] foi a falta de quórum. Nós estamos aqui chamando para uma responsabilidade.

Presidente João: Não é essa pauta.

F: É essa pauta sim.

Presidente João: Não é. A pauta é apresentação, discussão e deliberação sobre o (ad referendum) [03:43:53] que trata do plano anual dois0umquatro.

M: Eu peço a palavra para dizer da seguinte forma, e novamente vou colocar, o (ad referendum) [03:44:05] poderia ter dito, "em razão de reunião não acontecida, o presidente do (Conselho Estadual de Saúde) resolve por (ad referendum) [03:44:16] aprovar o (PTA) 2014", ponto.

Presidente João: Está dizendo aqui ausência de quórum.

M: Não, ausência não. Eu vou fazer uma solicitação por escrito, a retificação do (ad referendum) [03:44:27] onde seja colocado em (Diário Oficial) que a minha entidade esteve presente. Da forma como está aqui está colocando que todos nós... até a gestão estava presente. Então imputo, só para terminar, eu quero terminar o que eu estou dizendo, eu concordo com o senhor e eu espero que esses conselheiros estejam nas audiências públicas que vão acontecer do (PTA) do governo que vai ser apresentado em audiência pública, que o conselho não cumpriu, vai marcar as audiências e nós temos que estar lá, a gente avisa que vai ter. Para concluir, que eu preciso sair, dia sete audiência pública sobre atendimento em saúde na (Assembleia Legislativa) 8:30 da manhã e dia quatorze em (Cáceres).

Orlando: eu quero fazer uma questão de encaminhamento, prazo de 30 de setembro, mas o parlamento tem até dezembro, estão fazendo as peças das propostas de emenda, que é o encaminhamento que inclusive foi reforçado pelo presidente. É isso, não vamos discutir aqui o acessório. Depois nós vamos discutir o acessório. O principal para mim é isso, nós estamos em tempo para levar para o parlamento, para a (Comissão Parlamentar de Saúde), para a (Frente Parlamentar de Saúde) e dizer que é isso que nós queremos, nós não podemos assinar, mas vocês podem, são peças. É isso que nós temos que encaminhar agora.

M: Eu também quero fazer um encaminhamento, senhor presidente.

Presidente João: (Conselheira Ana), para encaminhamento. E pedir um esclarecimento.

Ana: (Ana Boabaid), do (Neon). Eu acho que deve tramitar o que o (Orlando) considerou de principal e o acessório, encaminhar os dois, os dois são muito importantes, agora, de forma alguma a gente pode deixar até que seja um levantar deste conselho. Nós temos que levantar essa situação, porque ela é grave, é uma responsabilidade social das instituições e eu reafirmo aqui, instituições mandem daqui nas suas representações seus suplentes, mandem seus titulares, se eles não puderem, mandem seus suplentes, não deixam vacância, porque nós estamos em um momento que (Mato Grosso) está com

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

corda no pescoço na saúde pública, está atolado e com corda no pescoço. Então, senhor presidente, a colocação que o senhor colocou eu discordei porque não é isso que nós queremos, sim, que retifique essa forma que foi colocado o (ad referendum) [03:47:32]. E quando o senhor fala que não é momento, está aí escrito discussão, quando se fala discussão do (ad referendum) [03:47:40], você vai discutir ele, se ele está bom, se não está, o que deve ser acrescentado ou não acrescentado.

Presidente João: Não foi nessa linha que eu disse, eu disse que o (ad referendum) [03:47:52] foi uma prerrogativa do conselho através do seu presidente.

Ana: Concluindo, qualquer presidente que estivesse aí teria que sair com um (ad referendum) [03:48:02], a gente tem esse entendimento, mas não esse (ad referendum) [03:48:06] da forma que está posto, isso que a gente está discutindo, só isso. Se eu estivesse aí, ia sair um (ad referendum) [03:48:06] também, mas não dessa forma.

Ambrósio: Encaminhamento e esclarecimento, senhor presidente. Primeiro ao jurídico se essa peça jurídica (ad referendum) [03:48:29], a resolução de (ad referendum) [03:48:32] pode colocar as ressalvas. Pode? Pode ser aprovada com ressalvas? Mesa, por gentileza.

M: Questão de ordem, presidente.

Ambrósio: Eu estou pedindo uma informação. Pode colocar? Segundo, vou na linha do (Conselheiro Orlando) e da (Conselheira Ana Boabaid) e os demais no sentido de que tramitamos as observações que ainda não constam na peça, mas que foram discutidas como a questão dos próprios hospitais regionais, que é grave, gravíssimo, e se tramite juntamente à (Comissão de Saúde) para que se possa acrescentar na peça. E a aprovação do (ad referendum) [03:49:35] fica mediante às observações colocadas aqui. Aí sim dá pra gente encaminhar e solucionar o problema mais rápido as ressalvas.

Presidente João: Eu só queria acrescentar na sua proposta que além do estudo das comissões, que na reunião ordinária de novembro a gente já convoque a extraordinária sete dias depois da ordinárias, (Carlinhos), a gente chamar a extraordinária para a gente fazer todo esse debate e concluir isso, porque se tiver que fazer destaque, adendo, ainda dá tempo de fazer para a (Assembleia Legislativa). Que tenhamos a extraordinária pra gente discutir o (PTA) e mais a ação do (ad referendum) [03:50:26].

M: Presidente, para podermos aprovar o (PTA) de dois0umquatro o dois0umtres tem que aparecer nesse conselho corrigido, que já foi solicitado. Não se esqueça, administração, que eu estou com a resolução aqui, que o (PTA) dois0umtres não foi aprovado, a resolução está aqui, não foi publicado. Não, o (RAG dois0umtres) não, é o (PTA). Ou eu estou louco? Aí foram solicitadas correções...

F: A reunião foi lá na...

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
Ata da Ordinária do dia 02 de Outubro de 2013

M: Isso, lá na (Escola de Saúde Pública), (Sidec), (Sitec), sei lá onde. Aí o (PTA) dois0umtres não foi, está aqui, quer que eu lei a resolução? Está aqui. O conselheiro tem que andar com documento agora, igual o (Juruna), não é gravador, mas...

M: Foi lá no auditório?

M: Foi, foi lá que reprovou. Aí o que foi feito? Foram solicitadas correções no (PTA). Para nós podermos aprovar o (PTA) 2014, o 2013 tem que vir junto.

Presidente João: Conselheiros e conselheiras, vamos dar o encaminhamento de a gente chamar a extraordinária, na reunião ordinária a gente convoca a extraordinária para discutir, debater e deliberar o (PTA) 2014 mais a homologação ou não do (ad referendum) [03:51:48], pode ser? E aí enquanto isso as comissões estarão aprofundando o debate do (PTA), pode ser?

F: As comissões têm que ser legalizadas, oficialmente publicadas. Até agora não foram.

Presidente João: Então esse encaminhamento, aprovado? Informe com o senhor (Neuso).

Neuso: (Neuso), da (Fetagre). É difícil, porque o informe fica para o fim e no fim, além de ter poucos, está todo mundo com vontade de ir embora e não escuta. Eu queria até colocar alguma coisa a mais, mas vou ficar só no informe e vou fazer o mais sucinto possível. Primeiro só dizer o seguinte, na questão das reuniões, a minha suplente, a minha titular sofreu uma cirurgia e não pode vir e eu estava com compromisso, mas foi pedido para justificar, mas não estou me eximindo da culpa. Eu fui convidado e participei do (Segundo Encontro Nacional dos Povos do Campo, das Águas e da Floresta), a saúde desses povos em (Brasília), tiramos alguns encaminhamentos, a presidente do conselho nacional era participante de um grupo de trabalho dos povos da terra, ligada ao conselho nacional, como ela foi eleita agora presidente do conselho nacional, ela não tem condições de trabalhar nesse grupo e eu fui solicitado pela (Contag) para ocupar a vaga no (Grupo Terra) que subsidia o conselho nacional em políticas para o povo do campo e da floresta. Então o conselho do estado vai ter um conselheiro no conselho nacional trabalhando especificamente os povos do campo e da floresta. Então esse é o informe que a gente quer trazer. Obrigado.

Presidente João: Quem é o próximo? Mais informes? Então não tem informes, encerrada a reunião ordinária do conselho.

[03:54:18]